

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AARON LOPES PEREIRA

CAUSAS E CONSEQUÊNCIA DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014 A
2016

CURITIBA
2017

AARON LOPES PEREIRA

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014 A
2016

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau de
bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^o. Dr^o. José Wladimir Freitas da
Fonseca

CURITIBA
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

AARON LOPES PEREIRA

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014 A
2016

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. José Wladimir Freitas da Fonseca
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof.^a. Dr.^a. Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 17 de novembro de 2017

Dedico este trabalho à minha esposa.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus amigos e docentes do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, que auxiliaram na minha formação intelectual e cidadã.

Ao professor José Wladimir Freitas da Fonseca, orientador deste trabalho, pela paciência e ajuda na elaboração do mesmo.

RESUMO

No período de 2002 a 2014 a econômica brasileira obteve um bom desempenho econômico, o qual, pode ser atribuído em grande parte ao boom de *commodities* e a manutenção das políticas econômicas implementadas pelo governo anterior nos primeiros anos do governo Lula. Apesar disso, os governos Lula e Dilma erraram ao apostar excessivamente nas políticas de desoneração fiscal, subsídios, manutenção dos preços administrados, aumento do crédito via bancos públicos e BNDES, os quais agravaram ainda mais a situação das contas públicas, aumentando a necessidade de financiamento do governo, o qual, não possui a mesma credibilidade, em face das escolhas de políticas econômicas realizadas, em razão disto para se financiar, o mesmo necessita aumentar a taxa de juros, aumentando ainda mais a relação dívida pública/PIB, deste modo, ao inovar nas políticas econômicas o governo colocou o país na pior crise da história da economia brasileira. Contudo, este cenário poderia ser outro, visto que se estes governos promovessem uma política objetivando o crescimento econômico, como relatado em suas campanhas eleitorais.

Palavras-chave: Crise econômica brasileira. Origens da crise econômica Brasileira.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - INFLAÇÃO ANUAL (%) – IPCA AMPLO/META DE INFLAÇÃO ESTABELECIDADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL DE 2003 A 2010	14
GRÁFICO 2 - TAXA (%) DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB BRASILEIRO DE 2000 A 2010	16
GRÁFICO 3 - (%) DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS E A CONTRIBUIÇÃO DO CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS NO CRESCIMENTO DO PIB DE 2000 A 2010.	19
GRÁFICO 4 – TAXA DE INVESTIMENTO (% PIB) / TAXA DE CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	28
GRÁFICO 5 – CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL (ICEI) – GERAL	29
GRÁFICO 6 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DE ALGUNS PAÍSES SELECIONADOS (%)	34
GRÁFICO 7 – ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR (ICC)	37
GRÁFICO 8 – CONSUMO FINAL – FAMÍLIAS – BASE MÓVEL	39
GRÁFICO 9 – TAXA DE DESEMPREGO – REGIÕES METROPOLITANAS	39
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS (% PIB)	40
GRÁFICO 11 – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	42

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – PIB VALOR CORRENTE, POR COMPONENTE	36
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. ANÁLISE HISTÓRICA DO GOVERNO LULA.....	12
2.1. PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003-2006)	12
2.2. SEGUNDO GOVERNO LULA (2007-2010).....	17
3. ANÁLISE HISTÓRICA DO GOVERNO DILMA	23
3.1. PRIMEIRO GOVERNO DILMA (2011-2014)	23
3.2. SEGUNDO GOVERNO DILMA (2014-2016).....	30
4. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS.....	33
4.1. A ORIGEM DA CRISE BRASILEIRA É EXTERNA, INTERNA OU UMA COMBINAÇÃO DE AMBAS?	33
4.2. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	37
5. CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2014 a economia brasileira começou a demonstrar sinais de que se aproximava de uma crise, tendo em vista o crescimento de 0,5% do PIB, se comparado com o crescimento médio de 4,08% do PIB entre os anos 2003 a 2010. Apesar de ser um crescimento médio, os países vizinhos como o Peru e Argentina no mesmo período obtiveram um crescimento médio de 6,17% e 4,60%, porém, o Brasil manteve-se à frente do Chile 3,92% e do Uruguai 3,93%.

Contudo, esses países com exceção da Argentina que em 2014 obteve um crescimento negativo de 2,56% do PIB, continuaram obtendo taxas maiores que as do Brasil, como por exemplo, o Peru que obteve uma expansão do PIB de 2,38% em 2014 e 3,26% em 2015, seguido pelo Uruguai de 3,24% em 2014 e 0,98% em 2015, como também o Chile de 1,44% em 2014 e 2,07% em 2015 (BANCO MUNDIAL; IBGE, 2017). Diante deste cenário, visualiza-se que a grande maioria dos países da América do Sul obtiveram uma evolução no PIB e por que o Brasil que representa a maior economia da América Latina não conseguiu lograr êxito neste período?

Afim de compreender o porquê desta distância entre o Brasil e o restante dos países da América do Sul em termos de crescimento, faz-se necessário identificar os fenômenos que provocaram a queda no período supracitado e que levaram a crise econômica brasileira. O ponto de partida que se estabelece para este trabalho é o início do governo Lula em 2003.

Tal temporalidade refere-se ao fato de que nos primeiros anos do governo Lula foram mantidas as políticas neoliberais adotadas no final do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Isso implicou na manutenção das metas de superávit primário, inflação e o regime de câmbio variável, que por sinal obtiveram um resultado positivo, como no ano de 2003, em que o país obteve um superávit de 4,25% do PIB e uma redução da inflação de 9,30% neste ano para 7,60% no ano seguinte, sendo esta redução promovida por uma significativa alta da Selic em fevereiro de 2003 para 26,5% (BANCO CENTAL DO BRASIL, 2017) passando para 17,75% em dezembro de 2004. Tais políticas tinham como objetivo passar confiança aos investidores nacionais e internacionais, demonstrando que o governo seria responsável com os compromissos assumidos, essa agenda econômica permaneceu até 2006 sob o comando do ministro Antônio Palocci, dado que diante das acusações sofridas na época foi substituído por Guido Mantega em 2007, que

compartilhava da visão do então presidente, com essa troca houve uma intensificação política com maior intervenção do Estado na econômica, visando o aumento dos investimentos em infraestrutura básica, bem como, veio acompanhada de uma redução das metas de superávit primário frente a necessidade de gastar mais com tais políticas e de uma gradual redução da taxa básica de juros (Selic). Como apontam Mattei e Magalhaes (2011, p. 140 -141).

Em síntese, podemos dividir a política econômica do governo Lula em duas fases. A primeira delas, que cobre praticamente todo primeiro mandato (2003-2006), é marcada pelo aprofundamento da agenda neoliberal, dando a essas políticas um caráter ortodoxo conservador. A segunda fase, que denominaremos de liberal-desenvolvimentista e que cobre todo segundo mandato (2007-2010), é marcada por uma intervenção mais forte do Estado na economia, recuperando sua capacidade de investimento, além de orientar os investimentos privados no sentido de ampliar a infraestrutura básica do país. Mesmo assim, o comando da política econômica ainda continuou refém do mercado financeiro.

Ou seja, no governo Lula houveram duas fases, na primeira houve uma continuação das políticas do governo FHC visando à estabilidade econômica e na segunda a intensificação das ideias defendidas por Lula antes de sua eleição para o primeiro mandato, como níveis de superávit e juros menores, com o intuito de promover um maior volume de investimentos, estimular a economia a gerar empregos.

Outro fator que “empurrou” o Brasil foi o ciclo de crescimento da economia mundial, a qual foi puxado pelo forte crescimento dos Estados Unidos e da China nos anos 2003 a 2008, quando eclodiu a crise econômica americana no terceiro bimestre de 2008, sendo, este um dos grandes responsáveis pelo bom desempenho da economia brasileira, o qual resultou no aumento da demanda de produtos por esses países principalmente da economia Chinesa, que comprou do país um volume muito grande de *commodities*, assim, estimulando a economia brasileira a gerar empregos, renda e atraindo investimentos internos e externos. (MATTEI; MAGALHAES, 2011, p. 140-141). Ainda, com a entrada de muitos dólares no país, advindos das *commodities*, houve uma valorização do Real frente ao dólar, o que possibilitou um aumento significativo das reservas cambiais brasileiras, que no início de 2003 era de US\$ 37.652 milhões de dólares, passando para US\$ 206.806 milhões de dólares no final de 2008.

Porém, em meio a este cenário de crescimento econômico e da arrecadação tributária decorrente do crescimento da economia mundial, deixou-se de promover

políticas visando o aumento do superávit primário, com o intuito de resguardar a economia de eventuais obstáculos no crescimento do país, pelo contrário, o que pode-se constatar é que a partir de 2003 as despesas primárias do governo apresentou vários aumentos, avanço este que até 2010 foi fomentado pela receita extra, porém, com o final do ciclo econômico mundial a arrecadação passou a cair, mas as despesas não, o que acarretou a partir de 2011 um desequilíbrio das contas do Governo. Além disso, este desequilíbrio foi agravado pela persistência do Governo Dilma em continuar a dar incentivos através da redução da taxa de juros, aumento do crédito, subsídios e a intervenção nos preços administrados para segurar a inflação, como também a flexibilização das metas de superávit que possibilitou um maior dispêndio realizado pelo governo na tentativa de estimular a economia, este modelo batizado de “nova matriz econômica”.

Nesse sentido, é o entendimento de Almeida Junior, Lisboa e Pessôa (2015, p.4):

Naquele período, a dinâmica da receita recorrente da União apresentou comportamento extraordinário, crescendo, em termos reais, pouco mais de 7% ao ano, em parte como consequência do aumento da formalização da força de trabalho, que resultou no crescimento real da receita da previdência.

Desde 2011, no entanto, cessou esse crescimento extraordinário da receita de tributos. Nos últimos quatro anos, a receita recorrente cresceu 1,5% ao ano, aproximadamente o crescimento do PIB. A despesa do governo central, no entanto, manteve o seu crescimento acelerado de 5,4% acima da inflação, resultando no desequilíbrio fiscal dos últimos anos. A normalização do crescimento da receita nesta década em simultâneo à manutenção do crescimento acelerado da despesa resultou no grave desequilíbrio das contas públicas.

Sobre o tema aduz Barbosa Filho (2017, p. 52)

A partir de 2011/2012, o Brasil incorporou a chamada NME, políticas de forte intervenção governamental na economia que combinaram política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços.

Deste modo, diante das escolhas políticas realizadas nos últimos anos pelo Governo Federal, apenas resta ao país lamentar a perda do potencial crescimento no período atual e amargar os ajustes necessários para então retornar ao crescimento.

Diante do acima exposto, é possível afirmar que a crise econômica de 2014 a 2016 é fruto de problemas externos? Se não, quais as causas que resultaram a crise do período identificado?

A pergunta acima será respondida no decorrer do presente estudo, que tem por objetivo demonstrar quais as causas da crise econômica¹ brasileira nos anos de 2014 e 2016.

Desta forma, o presente trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro capítulo procura-se analisar os principais fatos, como as escolhas de políticas econômicas e o aumento do gasto do governo ocorridos no período do governo Lula (2003-2010); no segundo capítulo procura-se analisar os fatos ocorridos no governo Dilma até intensificação da crise econômica, os quais foram a deterioração das contas públicas e as políticas adotadas por este governo e o baixo crescimento econômico do país; e no terceiro serão analisados algumas variáveis macroeconômicas, as quais, demonstram a situação do país, sendo estas, como por exemplo, as contas do governo, consumo das famílias, taxa de investimento. Por fim sumaria-se as principais conclusões.

¹ De acordo com Keynes as crises econômicas ocorrem pela redução ou ausência dos investimentos, já para Marx as crises econômicas são reflexos da busca pelo maior taxa de lucro que em primeiro momento demanda mais investimentos e que resulta no crescimento econômica, no entanto, posteriormente com a queda da taxa de lucro haverá a redução do investimentos, que acarretará na redução do consumo e desemprego, desencadeando uma crise econômica. Porém, este estudo assume que uma crise econômica é consequência da busca pelos interesses de determinado grupo no poder, no qual, conduz o investimentos de acordo com seus objetivo sem atentar-se aos objetivos de todos os membros da sociedade, assim, quando os objetivos deste determinado grupo não são atingidos, o investimento é reduzido, acarretando no aumento do desemprego, afetando os demais grupos fora do poder, resultando na crise.

2. ANÁLISE HISTÓRICA DO GOVERNO LULA

2.1. PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003-2006)

Nas eleições de 2002 o candidato Luiz Inácio Lula da Silva era o favorito a assumir a presidência, pois seu discurso era que o país deveria implantar um novo modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e distribuição de renda. Outro ponto do discurso de Lula, o qual, não agradava o mercado, era que o país pagava altos juros, decorrentes dos empréstimos realizados e que se fosse eleito declararia moratória. Deste modo, com o favoritismo de Lula, criou-se um clima de incerteza no mercado, dado que Lula criticava severamente as escolhas de política econômica realizadas no governo FHC, assim, diante deste cenário o então candidato escreveu uma “Carta ao povo brasileiro” se comprometendo a manter estas políticas tão criticadas por ele, como descreve Giambiagi (2006, p. 8):

Já a poucos meses das eleições, em 2002, temendo ser acusado de radicalismo e procurando angariar apoios ao centro do espectro político, Lula, então franco favorito para as eleições, divulgou a “Carta ao povo brasileiro”, um pequeno texto de apenas três páginas, no qual constava a frase crucial para procurar conquistar a simpatia dos mercados: “vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos”. Esse documento, porém, foi assinado apenas pelo candidato, não tendo o mesmo status, portanto, que o documento de Olinda, sacramentado pelo partido no ano anterior. Observe-se o contraste evidente entre este compromisso e a frase do artigo do mesmo Lula de 2000, antes citada, crítica da política fiscal da época. Em 2000, criticava-se a geração de superávits primários “para pagar os credores”. Em 2002, em contraposição, a subordinação da política fiscal à lógica da necessidade de honrar a dívida pública já tinha sido assumida.

Ainda, de acordo com Giambiagi (2006, p. 9), com o resultado das urnas já definido o novo governo se viu pressionado a manter o compromisso assumido na “Carta ao povo brasileiro” pelas seguintes circunstâncias:

- Pressão do Dólar, que após ter começado o ano 2002 em R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos) atingiu uma cotação próxima de R\$ 4,00 (quatro reais);

- Com uma perspectiva de inflação para ano de 2003 passando de 5,5% para 11% em menos de dois meses, em meio ao final de 2002;
- Uma dívida pública, de 49% em 2001 para 56% do PIB em 2002.

Diante desse compromisso já no início de 2003, Lula nomeou para o Ministério da Fazenda, Antônio Palocci que segundo os analistas era um adepto das políticas de superávit primário e o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central e “*outros importantes setores da estrutura governamental estavam ocupados por pessoas chave fortemente atreladas aos princípios ortodoxos convencionais*”. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011, p. 138). E em conjunto com estas nomeações, foram anunciadas as metas de inflação para os anos de 2003 (8,5%²) e 2004 (5,5%), a elevação da Selic³ para 26,5%, com o objetivo de segurar a inflação e a elevação da meta de superávit primário do setor público de 3,75% para 4,25% em 2003. (GIAMBIAGI, 2006, p. 10).

Com o ajuste a economia brasileira passou a reagir de forma positiva, visto que no ano de 2003, houve uma redução da Selic para 16,5% em dezembro de 2003 e um superávit do setor público de 4,30%⁴ (meta de 4,25%), bem como por meio deste ajuste foi possível trazer a inflação gradativamente para centro da meta estabelecida pelo Banco Central. Observa-se no gráfico 1 abaixo que houve a queda da inflação de 9,30% em 2003 para 3,14% em 2006, abaixo da meta de 4,50%.

No primeiro mandato do governo Lula houve um aprofundamento das políticas ortodoxas, ao transferir se para o Banco Central do Brasil (BCB) o controle da taxa básica de juros (Selic) e dar liberdade ao presidente do BCB para definir o regime de metas de inflação e a taxa de câmbio. Como destacado por Mattei e Magalhães (2011, p. 140).

Finalmente, a questão da independência do BC foi colocada no centro da agenda da reforma monetária. Como restou ao programa de estabilidade apenas o manuseio das taxas de juros, optou-se por dar autonomia (antiga reivindicação dos mercados financeiros) ao Banco Central para arbitrar o controle inflacionário do país. Com isso, transfere-se à autoridade monetária o poder de definir “as metas de inflação” e a consequente taxa de juros, bem como definir a taxa de câmbio. Desta forma, nota-se que o ideário da

² Para este ano a meta inicial foi de 5,50%, sendo posteriormente alterada para 8,50%.

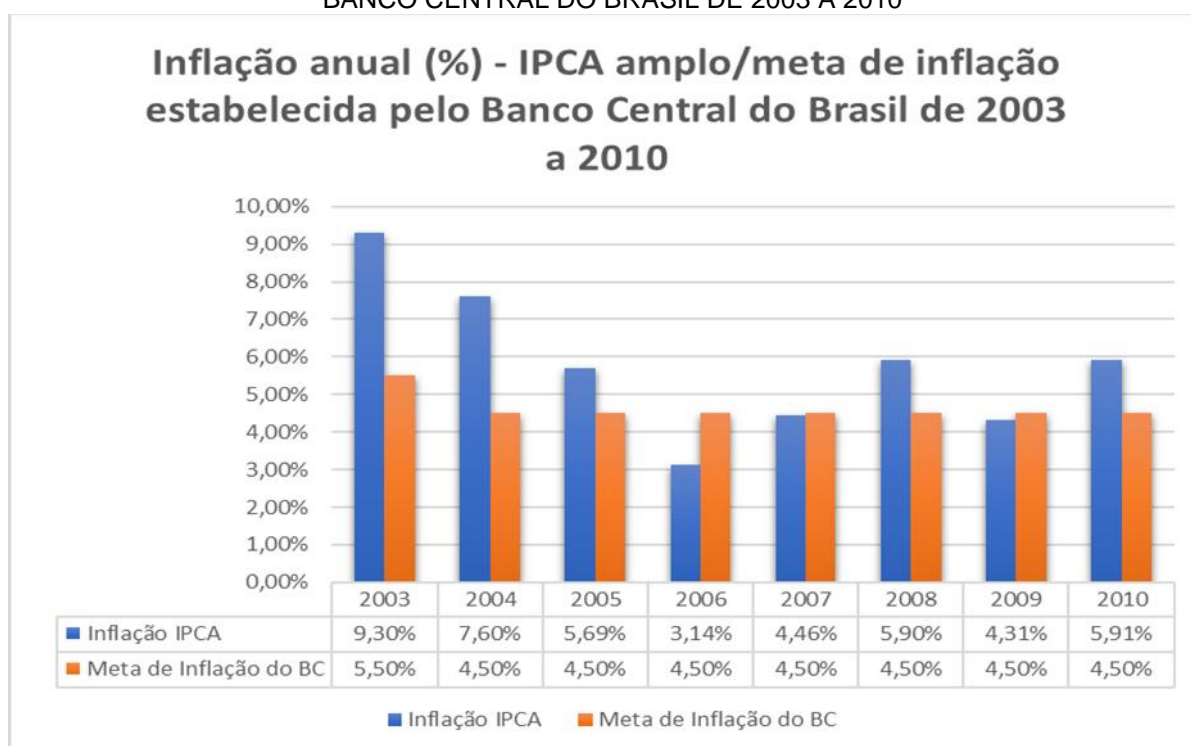
³ Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

⁴ Relatório Focus do Banco Central

independência do BC – que na prática significa atrelá-lo aos interesses das forças de mercado – retirou do conjunto do governo e, particularmente, do Presidente da República, o poder de definir soberanamente os destinos da política econômica do país. E isso ficou evidente em várias passagens quando o presidente desejava uma redução das taxas de juros, mas o Banco Central a elevava.

O que se constata é que no início do governo Lula houve um esforço para manter-se o compromisso assumindo, através da implementação de políticas pró-mercado, como a independência do Banco Central, controle da inflação e superávit primário.

GRÁFICO 1 - INFLAÇÃO ANUAL (%) – IPCA AMPLO/META DE INFLAÇÃO ESTABELECIDA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL DE 2003 A 2010



FONTE: IPEADATA; IBGE e Banco Central do Brasil (2017).

NOTA: Elaborado pelo autor. No ano de 2003 a meta de inflação definida pelo BC foi alterada para 8,50%.

Contudo, os resultados obtidos posteriormente, a partir de 2003 foram em grande parte decorrentes do maior crescimento da economia mundial. Isso está relacionado com a continuidade da manutenção do tripé macroeconômico estabelecido no segundo governo FHC, como destaca Giambiagi (2011, p. 211).

O desempenho da economia brasileira a partir de 2003 foi decisivamente influenciado pela evolução da economia internacional e, face à continuidade

do regime de metas de inflação, que tinha sido inaugurado em 1999, também da taxa de câmbio e da inflação.

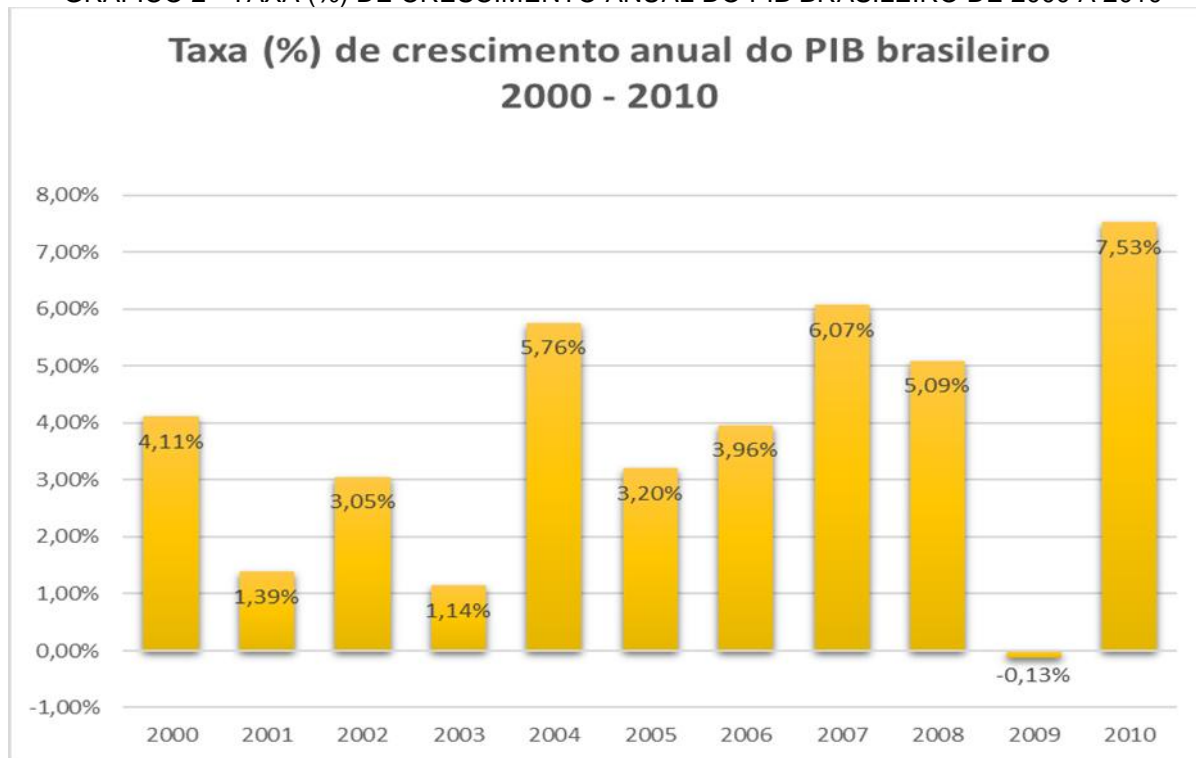
Com a economia mundial crescendo, a partir de 2003 a economia brasileira fora beneficiada pela maior demanda de produtos, principalmente por *commodities*, que a partir deste ano começaram a se valorizar no mercado internacional. Acerca do exposto destacam Mattei e Magalhães (2011, p. 141).

Uma das explicações consistentes para esse fenômeno está conectada aos movimentos da economia global, ou seja, explica-se o fato pela ótica externa da economia, com implicações diretas sobre a dinâmica interna do país. Assim, verifica-se que entre 2003 e meados de 2008 ocorreu uma conjuntura internacional amplamente favorável, tanto em termos de transações comerciais como em relação ao fluxo de investimentos e disponibilidade de crédito.

Grande parte desse movimento esteve condicionado pelo processo de expansão das duas maiores economias mundiais, EUA e China, destacando-se o forte crescimento da economia chinesa. Com uma demanda em expansão, a China ampliou enormemente suas taxas de investimento, transformando-se no país com as maiores taxas de crescimento do PIB. Para isso, passou a demandar mais commodities no mercado internacional, especialmente as de origem agroindustrial. Com isso, desencadeou-se um processo correlato sobre os preços desses produtos, que entraram em rota ascendente e favoreceram os países com participação neste mercado específico.

Diante do crescimento da demanda mundial e o aprofundamento das políticas herdadas do governo anterior, a economia brasileira obteve boas taxas de crescimentos do PIB, como por exemplo, em 2004, com uma taxa de crescimento de 5,76%.

GRÁFICO 2 - TAXA (%) DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB BRASILEIRO DE 2000 A 2010



FONTE: Banco Mundial; IBGE (2017).

NOTA: Elaborado pelo autor.

As políticas ortodoxas perduraram até 2005-2006, uma vez que o Palocci e alguns de seus principais assistentes saíram da equipe econômica do governo⁵. Com a saída de Palocci a nova equipe sob comando de Guido Mantega flexibilizou alguns instrumentos de política economia baseando-se na ideia de um maior aproveitamento dos fatores internos e externos favoráveis, e no maior crescimento da demanda interna, como constata-se no gráfico 3 a seguir. Ideias estas que eram compartilhadas pelo Presidente Lula.

Observa-se que neste período o governo obteve bons resultados ao manter as políticas implementadas anteriormente no governo FHC, que por meio dessas políticas a inflação foi para baixo do centro da meta de inflação definida pelo Banco Central do Brasil e obteve um bom crescimento do PIB neste primeiro mandato. No entanto, grande parte do mérito não deve ser atribuído ao governo em si, mas, ao crescimento da economia mundial.

⁵ Diante das denúncias de corrupção e irregularidades que resultou no escândalo do "Mensalão".

2.2. SEGUNDO GOVERNO LULA (2007-2010)

A partir de 2007 já no segundo mandato houve uma maior intervenção do governo na economia, com o intuito de recuperar os investimentos e direcionar o investimento privado na ampliação da infraestrutura básica do país. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011, p. 140).

A flexibilização da política economia não afetou em grande parte a economia brasileira, a qual obteve um desempenho satisfatório em 2007 e 2008, com o aumento de 6,07% e 5,09% do PIB, visto que em face da demanda mundial principalmente por *commodities*. Como pode-se constatar no gráfico 2 acima. Conforme dito anteriormente, a economia brasileira esteve em um bom período, eis que o aumento da demanda por *commodities*, principalmente agrícolas ajudou o país a equilibrar as contas externas diante da valorização do real frente ao dólar, em virtude do maior fluxo do dólar na economia brasileira proveniente deste ciclo de crescimento da economia mundial, como também propiciou o aumento das reservas e o aumento da produção e geração de empregos em vários setores da atividade econômica. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011, p. 140).

Como destaca, Giambiagi (2011, p. 221).

(...) Assim, os superávits deveram-se em boa parte ao “boom” de preço das exportações. (...)

Como também salienta Cano (2017, p. 287).

(...) o boom ocorrido na China durante os noventa e na primeira década do século XXI, elevou rapidamente sua demanda internacional por alimentos e matérias primas, aumentando não só as quantidades requeridas, mas, principalmente os preços.

Foi assim que nossas exportações cresceram, entre 2002 e 2010, à taxa média anual de 16,3%, dinamizando, principalmente o setor agrícola, o mineral e secundariamente os serviços. Como as importações cresceram ainda mais (21%), o setor serviços foi ainda mais beneficiado, crescendo acima dos demais setores e do PIB, cuja taxa foi de 4,0%. (...)

Neste sentido, relatam Mattei e Magalhães (2011, p. 142).

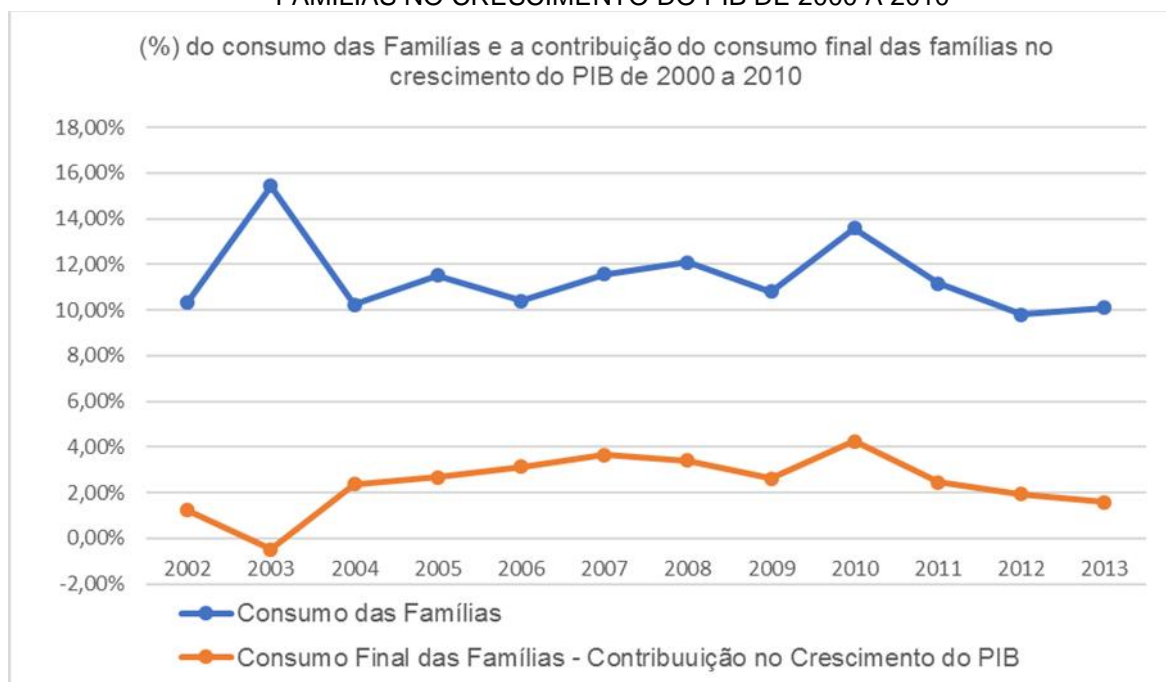
Em grande medida, essa ampliação das exportações ocorreu através do aumento das *commodities* agroindustriais no quantum exportador, destacando-se a soja, carnes, açúcar, suco de laranja, etc. Isso

reposicionou internamente, inclusive, o setor do agronegócio, que acabou tendo um papel de destaque no Governo Lula. Assim, pode-se dizer que o aumento das exportações, além de gerar os dólares necessários ao ajuste das contas externas, transformou-se em uma fonte de crescimento da produção e do emprego doméstico em diversos setores de atividade.

Com a crise americana em 2008 a economia amargou um crescimento negativo de 0,13% do PIB em 2009. Entretanto, o governo através de várias políticas no âmbito fiscal e monetário rapidamente interviu na economia. Já em 2008 com o objetivo de atenuar os reflexos desta crise sobre o país, como por exemplo, foi realizada a intervenção por meio dos bancos públicos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES) fomentando a produção nacional e consumo das famílias, como forma de sustentar o crescimento da demanda agregada interna, bem como redução de impostos a vários setores da cadeia produtiva, redução da taxa de juros Selic e ampliação de programas assistenciais, como Bolsa Família, aumento do salário mínimo e dos benefícios previdenciários. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011, p. 141 - 142).

As políticas implementadas foram positivas e garantiram ao país um crescimento de 7,50% do PIB em 2010, porém, os mecanismos utilizados para amenizar os efeitos da crise americana sobre a economia brasileira são frágeis, uma vez que o consumo das famílias já estava em alta, ou seja, o governo gastou recursos escassos com instrumento de política pouco eficientes a longo prazo, visto que com o crédito maior ficou mais fácil tomar dinheiro emprestado e se endividar, por outro lado, quando a atividade econômica realmente for reduzida o governo não terá mais recursos para estimular o consumo, uma vez que às famílias estão endividadas.

GRÁFICO 3 - (%) DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS E A CONTRIBUIÇÃO DO CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS NO CRESCIMENTO DO PIB DE 2000 A 2010



FONTE: IPEADATA (2017).

NOTA: Elaborado pelo autor.

As medidas adotadas pelo governo para a saída da crise detinham em grande parte um viés ideológico, como também foi o momento oportuno para justificar a implementação das políticas defendidas por Lula e as alterações nas determinantes do crescimento de longo prazo a respeito dos processos cíclicos e principalmente à natureza do processo inflacionário da economia brasileira. Neste Sentido ressalta Barbosa Filho e Pessoa (2014, p.24).

O ano de 2009 marca forte inflexão na política econômica do governo Lula. Após o período Palocci, de forte continuidade com a política econômica do governo anterior, o ministro Guido Mantega enxergou na saída da crise de setembro de 2008 a oportunidade de implantar um novo regime de política econômica.

A alteração do regime de política econômica tinha em grande medida motivação ideológica. A virada na política econômica deveu-se à distinta visão de mundo dos atores que formulavam a política econômica. A mudança de bastão no ministério da Fazenda em final de março de 2006 marca a mudança em diversos diagnósticos sobre a forma de funcionamento da economia. A mudança ocorreu tanto no que se refere aos fundamentos e determinantes do crescimento de longo prazo quanto aos determinantes dos processos cíclicos e principalmente à natureza do processo inflacionário em nossa economia.

Sobre o tema, Gonçalves (2011, p. 24-27) destaca que os países desenvolvidos em meio ao cenário de crise possuem quatro tipos de instrumentos, no qual resulta em um significativo impacto na economia, sendo estes, o progresso técnico, competitividade, distribuição de renda e guerra, assim, como o Brasil não possui estes mecanismos, não há como manter uma economia estável por meio da expansão do crédito e do consumo, ainda neste caso, é importante ressaltar que o consumo e a renda das famílias não é infinito.

Nos dois mandatos do governo Lula houve significativa expansão das exportações de *commodities* e do crescimento da economia mundial, que por consequência resultou em grande parte no aumento do emprego e consequentemente da renda no país, bem como a maior distribuição de renda decorreu deste fato, como por meio do Governo Federal através da criação e ampliação dos programas assistenciais. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011, p. 142).

Verifica-se que, mesmo assim o Brasil ainda possui a necessidade de melhorar a eficiência do gasto público, continuar e ampliar os investimentos em infraestrutura básica como energia, saneamento, habitação e transporte, bem como redução da taxa de juros, redução da dívida/PIB e o aumento da taxa de investimento que neste período ficou por volta de 17,00% do PIB, porém, ao comparar com os demais países, como por exemplo, a Coreia do Sul esta taxa fica por volta de 40%. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011, p. 144).

Outra determinante que sofreu uma significativa redução ao longo deste período é a redução das manufaturas na pauta de exportações, assim, observa-se que no período 2003-2010 os problemas econômicos brasileiros não foram tratados de forma adequada, uma vez que neste período não foram realizadas as reformas da previdência, trabalhista e tributária, as quais são necessárias para evitar o colapso das contas públicas e garantir o crescimento econômico sustentável. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011, p. 144).

Como neste período o país não obteve ganhos de produtividade provenientes do progresso técnico que sejam capazes de sustentar o crescimento da economia brasileira, nem aumentos da produção de manufaturas, pelo contrário, eis que neste período com a abertura comercial realizada nos governos anteriores e valorização do real em relação ao dólar propiciaram as importações de muitos produtos e bens

com maior tecnologia, o que resultou em um menor crescimento da indústria nacional que não pode competir com os produtos e bens importados, deste modo, com uma maior balança comercial inflada pelos preços das exportações de *commodities*, este fato passou despercebido pelo governo. Assim percebe-se que o governo Lula não colocou o país na rota do desenvolvimento como prometeu em seu discurso no ano de 2002, quando o mesmo era candidato à presidência, tendo em vista que a economia brasileira foi puxada pelo crescimento da economia mundial e não houve políticas sólidas que garantissem um crescimento sustentável para futuro.

Diante do exposto, fica evidente que o país ao invés de dar um passo a mais rumo ao desenvolvimento deu apenas meio, pois neste governo passou-se a exportar menos produtos manufaturados e mais *commodities*, o que por consequência ocasionou a deterioração nos termos de troca brasileiro, ou seja, neste período trocamos mais produtos primários como alumínio, aço em outros inúmeros produtos primários exportados pelo Brasil, os quais são de baixa tecnologia e valor agregado, por celulares e computadores, com alta tecnologia e alto valor agregado.

A queda dos preços das *commodities* o fez com que o país perdesse o estímulo, bem como todo o crescimento previsto para o futuro, tendo em vista, que os efeitos provocados pela redução das manufaturas são significativos sobre economia brasileira, uma vez que as indústrias passaram a exportar menos, e por consequência disto, geraram menos empregos diretos e indiretos, e deste modo houve uma queda na renda e no investimento, como também, o aumento a dependência externa do país por produtos de maior tecnologia empregada.

Sobre o tema ressalta Giambiagi (2011, p. 221), a respeito da perda dos produtos manufaturados na pauta de exportações, a qual, desde 1985 até 2002 se manteve em 55%, e que neste período sofreu poucas variações, mas, a partir de 2002 passou gradativamente a cair, atingindo 39% em 2010.

Cabe chamar a atenção para a perda de participação dos manufaturados na pauta de exportações do país: essa rubrica, que em 1970 respondia por apenas 15% das exportações totais e em 1985 já tinha alcançado 55% do total, manteve-se aproximadamente nesse nível, com algumas oscilações, até 2002, porém caindo para 39% do total em 2010.

Neste sentido, cabe ressaltar que a perda da participação dos produtos manufaturados na pauta de exportações ocorreu pela mudança nas exportações brasileiras de *commodities* e a redução da competitividade externa provocada pelo aumento do câmbio, ou seja, da valorização do Real frente ao Dólar, como destaca Curado, M.L (2011, p. 101).

O aumento da participação de produtos não industriais e a queda das exportações de produtos de alta tecnologia resultam, em essência, de dois fatores: 1. A profunda mudança no destino das exportações brasileiras, com significativo incremento da participação de países emergentes, cuja demanda por produtos não industriais é relevante¹³; 2. A redução da competitividade externa de setores que dependem de uma taxa de câmbio competitiva, especialmente setores industriais de alta e média-alta tecnologia.

Outro ponto, a ser ressaltado, são as consequências provenientes dos períodos de alta dos preços das *commodities*, visto que o país ficou vulnerável aos períodos em que há a queda nos preços desses produtos, como relata Curado, M.L (2011, p. 101), a respeito da obtenção de superávits comerciais nos períodos de alta, bem como, dos efeitos brutais nos períodos de queda.

Esta tendência é preocupante por diversos aspectos. Por limites de espaço, destaca-se apenas um destes elementos, quer seja, a ampliação da dependência das contas externas em relação a evolução dos preços das *commodities* (veja o Gráfico 514 que exhibe a relação entre um índice de preços das *commodities* e a evolução das exportações brasileiras). Períodos de alta nos preços das *commodities* permitem a obtenção de superávits comerciais, porém períodos de queda nestes preços tendem a ter efeitos brutais sobre o comércio. (CURADO, M.L, 2011, p.101).

Constata-se, portanto, que desde o segundo mandato do governo Lula, houve melhora nos índices de distribuição de renda e desigualdade, como demonstra o índice de Gini, que em 2004 era 0,555 passando para 0,521 em 2009 (IBGE, 2017). No entanto, neste governo houve o estímulo ao consumo a longo prazo, não se observando que o crédito e renda das famílias são limitadas. Assim, este período de bonança proveniente em maior parte pelo cenário internacional não fora aproveitado para se construir um plano de nação e fixar metas de desenvolvimento sustentável para o país, uma vez que os problemas internos, como por exemplo, altos juros, inflação e entre outros, nos quais são imprescindíveis para crescimento sustentável

do país, não foram enfrentados de forma correta neste segundo mandato de governo.

3. ANÁLISE HISTÓRICA DO GOVERNO DILMA

3.1. PRIMEIRO GOVERNO DILMA (2011-2014)

Ao final do segundo mandato do governo Lula, o mesmo de forma rápida designou para substituí-lo e dar andamento ao seu plano de governo, a então Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, logo, com o apoio de Lula, Dilma se elegeu a primeira mulher Presidente do Brasil, tendo como discurso principal o aprimoramento das políticas de crescimento apresentadas por Lula a partir de 2009, tal como destaca Lopreato, F. L. C. (2014, p. 241).

O governo Dilma Rousseff deu sequência à fase anterior e se propôs a manter um regime de política voltado a acelerar o crescimento. Os discursos iniciais da presidente e de seus ministros deixaram evidentes os indícios de existência de uma meta de crescimento e de que as ações teriam como foco este objetivo. Este fato deu o tom da estratégia oficial no desenho das políticas setoriais e ditou o rumo das alterações do regime de política macroeconômica, bem como das ações nas áreas de infraestrutura e no relacionamento com os governos subnacionais.

Como Dilma fora indicada por Lula e o país à primeira vista estava prosperando, a presidente se sentiu mais livre para tomar decisões fora do padrão das políticas econômicas tradicionais, como dispõe Carleial (2015, p. 206) dispõe.

No seu primeiro governo, Dilma foi ousada, buscando reduzir os riscos presentes na economia brasileira, bem como os sinais que aproximavam o governo do neoliberalismo, como a presença de Henrique Meirelles, no Banco Central. Dilma não fez nenhuma carta aos brasileiros e, portanto, parecia mais livre para agir. (CARLEIAL, 2015, p. 206).

Desta forma, no período de janeiro a julho de 2011, o governo interrompeu parcialmente as políticas adotadas a partir de 2009, sob o argumento de trazer a inflação para o centro da meta, visando conter a expansão do crédito. Para isto o governo aumentou a Selic para 11,25% a.a., bem como subiu a alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF), acompanhadas de regras mais rígidas para o parcelamento das compras nos cartões de crédito. (MESQUITA, 2014, p. 3).

Contudo, os efeitos pretendidos pelo governo a respeito da inflação não ocorreram da forma prevista. Observa-se, ainda que, em nenhum dos anos de seu primeiro mandato a presidente conseguiu trazer a inflação para baixo do centro da meta do BC, que estava congelada desde 2004 em 4,50%, tendo em vista que a inflação em 2011 foi de 6,50%, seguida de 5,84% em 2012, 5,91% em 2013 e 6,41% em 2014 (IPEADATA; IBGE; BANCO CENTRAL BRASIL, 2017). Pelo contrário, como pode-se constatar pelos dados relatados, os quais, demonstram que a inflação obteve uma queda em 2012, mas voltou a subir em 2013.

Sobre o tema relata Mesquita (2014, p. 5).

O resultado almejado acabou não se materializando. A inflação de fato iniciou uma trajetória de queda a partir de setembro de 2011 (quando havia atingido um máximo local de 7,31%), graças ao aperto monetário implementado anteriormente, bem como à apreciação do real ocorrida até meados de 2011, atingindo um piso de 4,92% em junho de 2012, mas voltou a subir, terminando o ano em 5,84%, sem jamais atingir 4,5%.

Após este período o governo Dilma retomou as políticas implementadas por Lula a partir de 2009 de forma mais profunda, através do modelo batizado de “Nova Matriz Econômica”, que consiste na combinação de uma política monetária com redução forçada da taxa básica de juros (Selic) e uma política fiscal dirigida ao investimento, tendo por base elevação do gasto do governo através da concessão de subsídios e manipulação dos preços. (Barbosa Filho, 2017, p. 52).

Sobre o tema Oreiro (2017, p.76) relata que a “Nova Matriz Econômica” tinha por objetivo impulsionar estimular o crescimento através das políticas de desoneração, depreciação do câmbio e redução dos juros.

A assim chamada “nova matriz macroeconômica” foi uma tentativa do governo da presidente Dilma Rousseff de impulsionar o crescimento econômico através de uma combinação de desonerações tributárias, depreciação da taxa nominal de câmbio e redução da taxa básica de juros. A equipe econômica do governo partia do diagnóstico de que a desaceleração do crescimento econômico brasileiro era um problema de demanda agregada que tinha sua origem no recrudescimento da crise econômica internacional, em função dos problemas de endividamento soberano dos países da área do euro. (OREIRO, 2017, p. 76).

Com a “Nova Matriz Econômica” o governo Dilma promoveu um crescimento forçado da economia a qualquer custo, reduzindo os juros e concedendo subsídios sem saber como os setores iriam reagir a tal incentivo, ou seja, foi promovido um modelo de alto custo e risco para o governo, visto que com os subsídios pode-se

haver um aumento da demanda, o que compensaria a redução na arrecadação do imposto antes do subsídio, como também houvesse a troca da dívida mais cara com juros maiores, por outra mais barata com juros menores e não um maior nível de investimento como pretendia o governo com o modelo, ou seja, não se sabia qual seria a resposta dos agentes envolvidos.

A nova política econômica produziu uma aceleração temporária da economia brasileira no lapso entre o terceiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2014, alcançando um crescimento de 3,01% do PIB em 2013 de acordo com os dados do IPEADATA (2017). (OREIRO, 2017, p.76).

Porém, ao contrário do que pretendia o governo ao combater a inflação, enquanto os juros baixavam a inflação crescia, o que resultou em uma aceleração da inflação e houve uma redução da credibilidade do Banco Central no combate da inflação (BARBOSA FILHO, 2017, p. 52).

Assim, diante do insucesso das medidas iniciais implementadas pelo governo, o mesmo passou a intervir nos preços administrados como os combustíveis e na tarifa de energia elétrica, bem como passou reduzir impostos sobre os produtos, serviços e mão-de-obra, com o objetivo de reduzir a inflação, como relata Mesquita (2014, p. 5 e 10-11).

Talvez como resultado da frustração com o processo de desinflação, a partir de 2012 o governo passou a recorrer mais intensamente a intervenções diretas no sistema de preços como instrumento auxiliar de controle da inflação – ver seção 3.2. Como tais intervenções foram (e são) vistas pelos agentes econômicos e analistas como insustentáveis no tempo, e estimulavam ao invés de conter o excesso de demanda, o efeito restringiu-se ao curto prazo, tendo como contrapartida a piora das expectativas a médio e longo prazo.

(...)

Com a meta de facto superior à oficial, sobra pouca margem para que choques altistas não levem ao rompimento do limite superior da banda de tolerância. Para impedir que tais choques levassem ao rompimento do limite superior da banda de tolerância da meta de inflação, e ajudar a consolidar o novo ambiente de taxas de juros menores, ao longo de 2013 o governo lançou mão de uma série de medidas para conter o avanço dos preços – tais medidas se dividem em 2 grupos, com sobreposições: desonerações tarifárias e controle artificial de preços sobre os quais o poder público tem ingerência (preços administrados).

No primeiro grupo, tivemos a redução de IPI e PIS/Cofins de alimentos da cesta básica e de higiene, a não recomposição completa do IPI de

automóveis, linha branca e móveis, redução de PIS/Cofins de passagens de ônibus, a desoneração da folha de pagamento para setores intensivos em mão de obra, e a redução de encargos setoriais na conta de eletricidade – as dificuldades atuais do setor de energia, bem como a persistência dos patamares historicamente muito baixos de desemprego, sugerem que estas últimas iniciativas podem ter ocasionado sinais de preços relativos contraproducentes.

No segundo grupo, tivemos o cancelamento do aumento das tarifas de transporte público (e redução para níveis pré-2013, em alguns casos), a elevação do subsídio às tarifas de eletricidade para que a preços de energia não fossem repassados aos consumidores, e a manutenção dos preços dos combustíveis abaixo do nível internacional.

Verifica-se que, todas essas medidas possuem um custo para o governo, o qual, são “*significativos a médio prazo*” como destaca Mesquita (2014, p.11), como também, afetam diretamente seu gasto, à medida em que se deixou de arrecadar com os impostos decorrentes do consumo, produção e serviços, bem como, o aumento destes preços, como energia e combustíveis, não foram repassados aos consumidores finais, logo, o governo acabou arcando com o aumento e assim, comprometendo ainda mais as contas públicas.

Além das políticas no âmbito fiscal, o governo nos últimos anos também promoveu uma política parafiscal, através dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES), tendo por base o aumento da participação no mercado (*market share*), que em 2007 era de 34% e em 2013 foi mais de 50%, como também relata Mesquita (2014. p. 11).

Além da forte inflexão da política fiscal convencional, observou-se nos últimos anos uma importante expansão da política parafiscal, por meio do crédito dos bancos públicos. Em 2007, os bancos públicos eram responsáveis por 34% do crédito no país; este percentual foi crescendo até superar o *market share* dos bancos privados no ano passado. Tal expansão só foi possível graças a forte capitalização realizada nos últimos – os empréstimos para bancos públicos aumentaram de 0,4% do PIB em 2007 para 9,7% do PIB no final de 2013. O BNDES responde pela maior parte desses empréstimos (88%), totalizando R\$ 413 bi.

Ocorre que, mesmo com todas essas políticas de incentivo ao investimento, redução dos custos de mão- de-obra e de produção para as empresas, não houve alteração significativa na taxa de investimento, como constata-se no gráfico 4 a seguir, bem como relata Belieiro Junior (2016, p.210).

No entanto, mesmo com a sinalização de medidas de flexibilização dos monopólios estatais e das tentativas de produzir na economia brasileira um choque de competitividade e redução de custos de produção para as empresas, não foi suficiente para criar um ambiente econômico propício a novos investimentos privados e assim, um novo período de crescimento econômico e distribuição de benefícios.

Sobre o tema Carleial (2015, p. 206-207) destaca que o governo Dilma apostou demais nas políticas de redução dos custos de produção para empresas e acreditava que estas medidas iriam ajudar o país a manter o ritmo de crescimento percebido no período anterior à crise de 2008 até primeiro trimestre de 2014.

É importante destacar uma certa inflexão que ocorreu no modelo até então adotado. O governo Dilma tenta aumentar o estímulo ao investimento privado que já vinha sendo estimulado pelas ações do BNDES. A tentativa foi de conferir maior consistência à política econômica através do aumento dos investimentos privados, tornando o setor produtivo mais parceiro das mudanças em curso. Nesse contexto, as desonerações ajudariam a manter os empregos e aumentariam os investimentos.

Certamente, o governo Dilma apostou excessivamente nas desonerações da folha de pagamentos (folha de salários) que retirou a cota patronal da previdência (20%) referente à remuneração do trabalho. Essa cota foi substituída por uma contribuição sobre a receita bruta, de 2,5% e 1,5%, dependendo do setor ou produto, alíquotas essas que foram posteriormente reduzidas para 2,0% e 1,0%. Os objetivos explícitos eram ampliar a geração de empregos ou evitar o desemprego e, ainda, melhorar a competitividade das empresas estimulando-as a investir mais. Essa expectativa não se cumpriu e é provável que essa medida tenha simplesmente ampliado a margem de lucros das empresas.

O governo esperava que a redução do custo do trabalho estimulasse a criação de emprego, quando é sabido que a demanda por trabalhadores depende do comportamento do mercado de bens, o que por sua vez depende da expectativa de lucratividade do empresário, ambas em queda. (CARLEIAL, 2015, p.205-206).

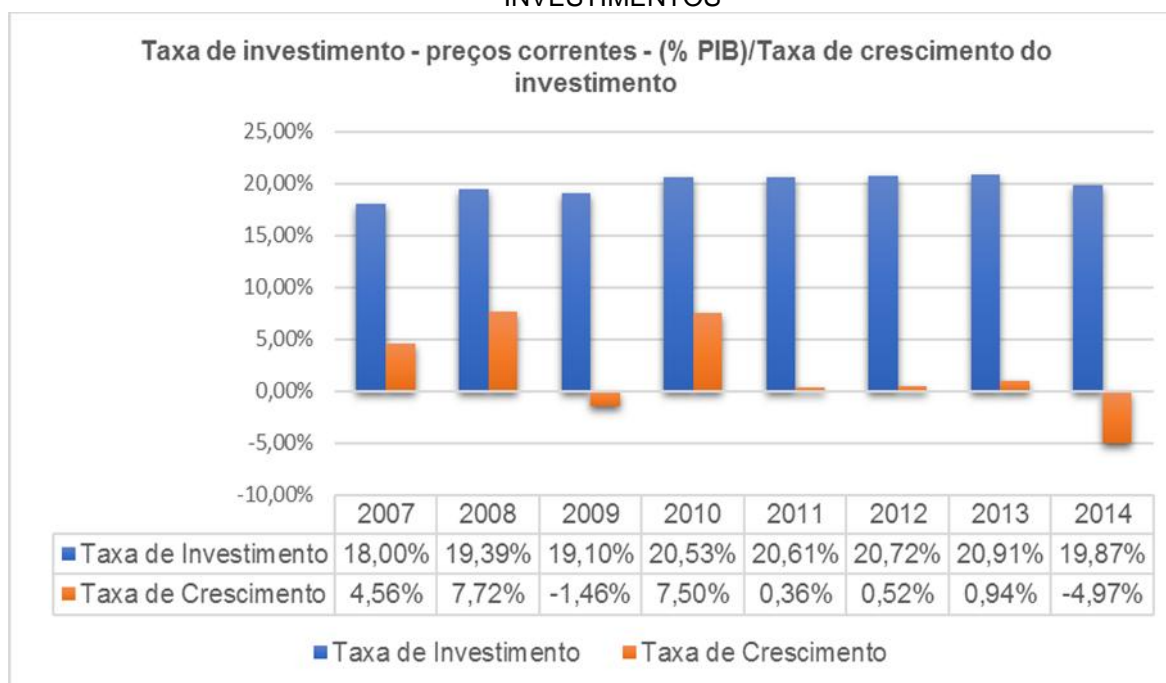
Ao contrário do que previa o governo não houve um crescimento significativo do investimento, tal como demonstra-se no gráfico 4 abaixo. Assim, o novo modelo proposto com base nos juros baixos e subsídios somente promoveu o gasto do governo sem ter a contrapartida do empresário/investidor, uma vez que não houve aumento significativo na taxa de crescimento dos investimentos, em razão do custo de produção menor decorrente dos subsídios e dos empréstimos mais baratos, com juros menores destinado aos investimentos.

Constata-se que, o governo realizou um esforço sem saber quais os resultados mínimos seriam obtidos, prevendo que o modelo seria um sucesso, logo, o esforço do governo apenas resultou em muitos ônus e poucos bônus, como

observa-se no gráfico a seguir, onde, as taxas de crescimento do investimento foram inferiores a 1 % durante os anos 2011 a 2013 e negativa no ano de 2014.

O governo não percebeu que com a queda do investimento seria uma questão de tempo para a economia apresentar sinais de desgaste, tendo em vista que o investimento pode ser classificado como um dos termômetros da economia, assim, se a taxa de investimento parar de crescer significativamente a economia irá apresentar uma queda de crescimento no futuro, uma vez que o investimento, está relacionado com a renda e consumo.

GRÁFICO 4 – TAXA DE INVESTIMENTO (% PIB) / TAXA DE CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS

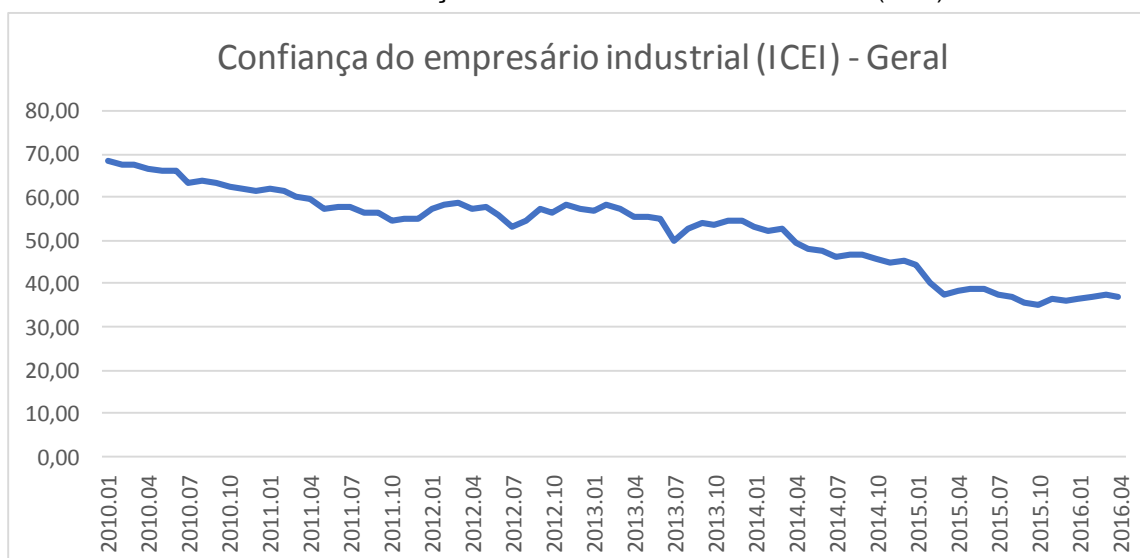


FONTE: IPEADATA; IBGE (2017).

NOTA: Elaborado pelo autor.

Para compreender porque não houveram novos investimentos que influenciassem positivamente as taxas de investimentos, observa-se o gráfico 5, o qual, apresenta uma queda gradual da confiança dos empresários da área industrial.

GRÁFICO 5 – CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL (ICEI) – GERAL



FONTE: IPEADATA; IBGE (2017).

NOTA: Elaborado pelo autor.

Nos anos acima citados houve a quebra de confiança dos empresários, isso acabou acarretando a insegurança para fazer novos investimentos, o que por consequência resultou na geração de menos emprego e renda, bem como a atividade econômica foi diminuindo.

Houve também uma queda no Índice de Confiança do Consumidor (ICC). De acordo com os dados do IPEADATA (2017), no início de janeiro de 2011 do governo Dilma os índices eram de 160,8 e no final do primeiro mandato (dezembro de 2014) era de 113,00, ou seja, houve uma queda de 42,30%.

Ocorre que, as respectivas políticas adotadas pelo governo não lograram êxito por um período de tempo maior por conta do colapso das contas do governo, a qual, provocou o aumento da dívida pública, que vinha de uma trajetória de declínio desde 2008 e que passou a aumentar significativamente a partir de 2009, com aumentos seguidos no governo Dilma, conforme destaca Mesquita (2014, p. 12).

Além do impacto dessas políticas sobre a demanda agregada, e consequentemente na inflação, destacamos o impacto na dívida bruta, revertendo sua trajetória de declínio e fechando 2013 em um patamar superior ao observado em 2006.

Constata-se que, as políticas adotadas pela presidente em seu primeiro mandato não obtiveram êxito em estimular novos investimento que gerassem ou mantivesse os empregos e o nível de renda observado no governo anterior, pelo contrário, o que se vê neste período é uma tentativa irresponsável e artificial do governo de promover o crescimento, o qual, obteve como resultado uma crescimento médio do PIB inferior de 2%, bem como a deterioração das contas públicas decorrentes do aumento de gastos e redução dos impostos e receitas. (Barbosa Filho e Pessôa, 2014, p.15).

Ao realizar essas escolhas a presidente sabia que não possuía uma conjuntura externa favorável para amortizar os impactos negativos das respectivas políticas sobre a economia, com isso novamente se observa uma tentativa de crescimento frustrada, visto que neste período os problemas macroeconômicos brasileiros, como juros altos, câmbio e inflação não foram administrados de forma responsável.

3.2. SEGUNDO GOVERNO DILMA (2014-2016)

A presidente Dilma durante a campanha para o segundo mandato fez um discurso se comprometendo com a manutenção dos postos de trabalho, mas ao contrário do que foi prometido, Dilma após se reeleger promoveu um ajuste fiscal, assumindo assim a direção contrária ao discurso de sua reeleição, como descrevem Pinto, Figueiras e Gonçalves (2015, p. 10-11).

Para se reeleger, a presidenta e sua campanha adotou um discurso direcionado para os segmentos mais pobres e para os movimentos sindicais, sociais e populares, propondo a continuidade do modelo que garantiu renda do trabalho e certa inclusão social. O acordo com as elites, sobretudo a burguesia interna, estava definitivamente rompido. Parecia que o segundo governo Dilma avançaria na direção do campo popular.

Para surpresa de parte dos movimentos sociais e dos setores que apoiaram a Dilma na eleição, o segundo mandato iniciou-se numa direção diametralmente oposta. O governo guinou na direção das políticas econômicas ortodoxas e na manutenção dos interesses dos segmentos financeiros. Joaquim Levy e Nelson Barbosa assumiram, respectivamente, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e levaram adiante uma política de ajuste fiscal que englobavam medidas de cortes de despesas lineares (afetando educação, saúde entre outras áreas), redução dos direitos trabalhistas e repatriação do capital brasileiro no exterior enviado ilegalmente por nossas elites. Medidas estas que já

implicaram na forte redução do crescimento do PIB, na elevação do desemprego e a na redução da renda real dos trabalhadores.

Para a presidente o ajuste fiscal era a chave para a retomada do crescimento econômico em um futuro próximo, porém, é difícil acreditar que redução dos gastos governamentais acompanhada de altas taxa de juros coloquem o país de volta na rota do crescimento, pelo contrário, tendo em vista que o mais provável é que haja uma queda das taxas de crescimentos, investimentos, renda e emprego (CARLEIAL, 2015, p. 209).

Desta forma, constata-se que a presidente Dilma promoveu justamente o contrário do que prometia em seu discurso de reeleição, o qual, comprometia-se a manter os níveis de emprego e renda, bem como, até certo modo a mesma escolheu do *trade off* proposto pela curva de Phillips⁶ e manter o país com altas taxas de inflação e desemprego menor, porém, houve um sacrifício irresponsável para manter-se os empregos, visto que a conta chegou e o governo não pode arcar, em razão de ter gasto seus instrumento de política economia com medidas de frágeis e insustentáveis no longo prazo, bem como ignorou o cenário externo de baixa demanda da economia mundial.

O resultado do ajuste e da má gestão dos investimentos e da administração da máquina pública, foi a perda de milhares postos de trabalho, como afirmam Carleial (2015, p. 209).

Os impactos do ajuste, no entanto, já são visíveis no mercado de trabalho. Nos últimos doze meses (agosto 2014-agosto 2015) o mercado de trabalho brasileiro perdeu 985.669 postos de trabalho formais, segundo o Caged-MTE.

A última divulgação do IBGE, em setembro de 2015, revela que entre agosto de 2014 e agosto de 2015 a taxa de desemprego passa de 5,0% para 7,6%, nas seis regiões metropolitanas estudadas.

Justamente ao contrário do que prometia em seu discurso de reeleição, o qual, dizia que iria garantir empregos e renda, bem como, o combate à desigualdade social.

⁶ A curva de Phillips postula um trade-off entre inflação e desemprego; taxas mais baixas de desemprego podem ser obtidas, mas apenas ao custo de taxas de inflação mais altas. (Froyen, 2003).

Colocando o país em uma das maiores crises econômicas de sua história, que se iniciou com resultado negativo nas contas públicas, seguido de uma taxa de crescimento do PIB de 0,5% em 2014 (IPEADATA, 2017), com uma inflação de 6,41% (IPEADATA), como aduz Carleial (2015, p. 207).

Tudo indica que a tentativa de continuar com as políticas anticíclicas num contexto de queda das demandas externa e interna e de ausência de respostas dos investimentos privados “selou” essa necessidade. O estopim certamente foi a evidência de um resultado negativo nas contas públicas de R\$ 32,5 bilhões, o que corresponde a 0,6% do PIB, que foi magnificado pela mídia, apresentado como o resultado do descontrole das contas públicas, das “pedaladas” fiscais da Dilma, dando munição para o ambiente de descontentamento, confrontos e até mesmo “ódio” contra o PT no país. (CARLEIAL, 2015, p. 207).

Portanto, percebe-se que o governo Dilma tentou promover um crescimento econômico forçado, através das várias políticas econômicas fiscais, parafiscais e monetárias, em que achou necessário. Entretanto, as respectivas políticas não obtiveram sucesso, diante de seus fundamentos e discursos mal planejados.

O governo novamente gastou seus recursos apostando excessivamente nas políticas implementadas, ao acreditar que teria uma resposta do setor privado, através de novos investimentos. De acordo com Carleial (2015, p.206).

O governo Dilma tenta aumentar o estímulo ao investimento privado que já vinha sendo estimulado pelas ações do BNDES. A tentativa foi de conferir maior consistência à política econômica através do aumento dos investimentos privados, tornando o setor produtivo mais parceiro das mudanças em curso. Nesse contexto, as desonerações ajudariam a manter os empregos e aumentariam os investimentos. (CARLEIAL, 2015, p. 206)

No período de 2011 a 2016 não se atentou as alterações no cenário mundial, que vinha recuando desde 2010, diante dos efeitos ainda presentes da crise de 2008 e da crise do euro em 2011, logo, *“Tudo indica que o governo Dilma decidiu olhar pouco para as mudanças no cenário mundial que já vinha recuando desde 2010 e acreditar nos mecanismos já em curso, como as desonerações, para manter a política anticíclica inaugurada pelo governo Lula”* (CARLEIAL, 2015, p. 207). Ou seja, certamente houveram inúmeros erros referentes as escolhas das políticas econômicas implementadas, como também a conjuntura real do país não era das melhores, como aponta Carleial (2015, p. 207).

A conjugação do real apreciado e juros estratosféricos, na ausência de uma política industrial que reverta a vulnerabilidade externa, retrata-se na reprimarização da pauta exportadora brasileira; em 2000, a participação dos produtos manufaturados era de 60% e, em 2013, essa participação cai para 39,3%. A mudança também ocorre na pauta importadora e a importação de bens de consumo duráveis cresce 8,9 vezes entre 2002 e 2013 (Cano, 2014, p.165 e 169). Como não poderia deixar de ser, a combinação juros-câmbio pressiona também, e de forma significativa, as transações correntes do nosso balanço de pagamentos. (CARLEIAL, 2015, p. 207).

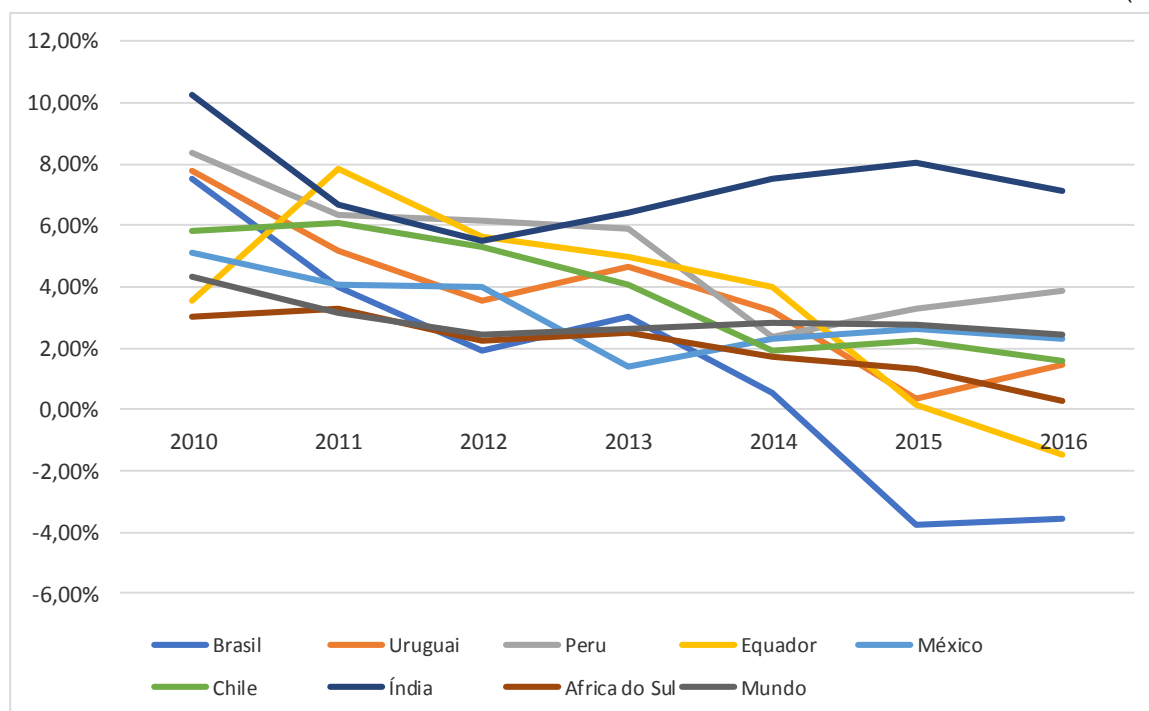
Deste modo, verifica-se novamente um crescimento temporário, o qual não se sustentou ao longo do segundo governo da presidente Dilma, bem como, o crescimento anterior foi bom para a população em termos de redução da desigualdade e melhor distribuição de renda, no entanto, com a crise economia do período de 2014 a 2016, houve uma redução dos empregos e renda. Desta forma, seria melhor buscar um crescimento em patamares menores no curto prazo e enfrentar os problemas macroeconômicos, como juros altos, inflação e baixas taxas de investimentos para alcançarmos níveis de crescimento mais altos no futuro, tendo em vista o que foi dado a população em decorrência do aumento do emprego e da renda, foi retirado pela crise.

4. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

4.1. A ORIGEM DA CRISE BRASILEIRA É EXTERNA, INTERNA OU UMA COMBINAÇÃO DE AMBAS?

Primeiramente, em resposta a primeira afirmação proposta neste trabalho a crise econômica brasileira do período 2014-2016 não é fruto da conjuntura ou problemas externos, visto que alguns países da América Latina, assim como, alguns dos integrantes dos BRICS obtiveram crescimento positivo neste período. Verifica-se no gráfico 6 a seguir que os 7 países inseridos no gráfico, excluído o Brasil, somente o Equador obteve um crescimento negativo em 2016, logo, nenhum desses países obtiveram por dois anos seguidos crescimento negativo do PIB ao longo de 2010 a 2016.

GRÁFICO 6 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DE ALGUNS PAÍSES SELECIONADOS (%)



FONTE: Banco Mundial (2017)

NOTA: Elaborado pelo autor

A média mundial de crescimento do PIB neste período foi positiva e superior a 2,40%, deste modo, fica claro que o problema brasileiro não é externo, mas, sim interno, uma vez que os demais países e o mundo obtiveram crescimento positivo no lapso de 2010 a 2016.

De acordo com Barbosa Filho (2017) a crise econômica atual é resultado da chamada “nova matriz econômica”, adotada pela presidente Dilma, a qual provocou choques de oferta demanda e os erros de política econômica.

A profundidade da atual recessão é o resultado de um conjunto de choques de oferta e de demanda. Os diversos dos choques de oferta e de demanda que atingiram a economia brasileira foram ocasionados por erros de política econômica cometidos principalmente no período em que foram adotadas políticas que formaram a “Nova Matriz Econômica” (NME). (BARBOSA FILHO, 2017, p. 52).

A partir deste modelo o governo implementou uma política monetária às avessas, promovendo o aumento dos juros, enquanto a inflação caía e a redução dos juros enquanto a inflação subia, o que provocou a aceleração da inflação e minando a confiança dada ao Banco Central no combate à inflação, dificultando ainda mais seu controle. (BARBOSA FILHO, 2017, p.52).

Neste período o governo estimulou setores estratégicos, como por exemplo, o setor automotivo e petrolífero através da Petrobrás, a qual, também assumiu um papel importante nesta na elevação do investimento, o qual, representou 10% de todo o investimento do país, o qual, foi reduzido drasticamente com o ajuste de 2015 e com a crise na estatal. (BARBOSA FILHO, 2017, p. 53).

Contudo, observa-se que a respectiva política esbanjou o escasso e importante recurso público sem obter o mesmo retorno, desperdiçando o dinheiro público, como também, houve a perda da capacidade de crescimento neste período, com ressalta Barbosa Filho (2017, p. 53).

Essa política utilizou recursos públicos de forma exagerada e ocasionou em elevação da taxa de investimento doméstica no período. No entanto, a elevação do investimento não veio acompanhada de crescimento econômico, mas sim de redução da produtividade total dos fatores (PTF), reduzindo a capacidade de crescimento da economia no período.

Deste modo, pode-se inferir que a crise economia brasileira tem como origem as políticas econômicas implementadas por este governo, como as políticas anticíclicas, pró-cíclicas⁷ e a “nova matriz econômica” adotadas a partir de 2009 e 2011, as quais, foram implementadas sob o discurso de geração de empregos, renda e manutenção e aumento da atividade econômica e do crescimento do país, no final de tudo, os resultados de tais políticas foram temporários e por fim levaram o país a recessão atual.

Além disso, a economia brasileira tem como seu principal motor a economia interna, tendo em vista que a mesma não está focada a ser uma economia exportadora igual os países asiáticos, por exemplo, visto que a população brasileira é constituída de mais de 200 milhões de habitantes que corresponde por mais de 80% do PIB, logo, se os mecanismos de política econômica interna utilizados aqui não funcionarem a economia mundial pouco irá ajudar, como relata Dowbor (2017, p.90).

No Brasil as exportações não constituem nem de longe o principal motor. Os cerca de 185 bilhões de dólares de exportações, representando como

⁷ Políticas anticíclicas consistem na redução impostos, aumento dos gastos do governo e expansão do crédito em meio a uma recessão econômica, em meio ao cenário de crescimento o contrário, tendo com objetivo reduzir ou anular os efeitos provocados por algum ciclo de crescimento ou recessão. Já as políticas pró-cíclicas consistem em medidas que vão no mesmo sentido do ciclo, ou seja, quando há uma recessão é reduzido o gasto do governo e aumentados os impostos e no ciclo de crescimento é aumentado o gasto do governo e reduzidos os impostos.

ordem de grandeza 600 bilhões de reais, constituem cerca de 10% do PIB. É significativo, em particular, porque permite também importar bens e serviços importantes para a economia, mas nada de decisivo. Não somos de modo algum uma economia como alguns países asiáticos onde o motor do comércio externo é essencial. Com uma população de 202 milhões habitantes e um PIB de 6 trilhões de reais, somos antes de tudo uma economia vinculada ao mercado interno. Se as dinâmicas internas não funcionam, o setor externo pouco poderá resolver. (DOWBOR, 2017, p.90).

Ao observar a Tabela 1 (abaixo), verifica-se que no ano de 2012 a 2015 o consumo total, que é composto pelo consumo das famílias e da administração pública (governos) são as que possuem a maior participação no PIB brasileiro, seguido pela formação bruta de capital fixo (FBKF) e após, as exportações (setor externo).

TABELA 1 – PIB VALOR CORRENTE, POR COMPONENTE

PIB – Valor corrente, por componente
Em R\$ milhões

Discriminação	2012	Participação no PIB (%)	2013	Participação no PIB (%)	2014	Participação no PIB (%)	2015	Participação no PIB (%)
Produto Interno Bruto a preços de mercado	4.805.913	100	5.316.455	100	5.687.309	100	5.904.331	100
Consumo final	3.842.293	79,95	4.283.830	80,58	4.656.157	81,87	4.934.256	83,57
Consumo das famílias	2.949.664	61,38	3.276.050	61,62	3.547.428	62,37	3.741.855	63,37
Consumo da administração pública	892.629	18,57	1.007.780	18,96	1.108.729	19,49	1.192.401	20,20
Formação Bruta de Capital	1.029.062	21,41	1.155.332	21,73	1.186.631	20,86	1.045.771	17,71
Formação Bruta de Capital Fixo	995.644	20,72	1.113.772	20,95	1.147.423	20,18	1.072.458	18,16
Variação de estoques	33.418	67,28	41.560	0,78	39.208	0,69	- 26.687	- 0,45
Exportação de bens e serviços	563.474	11,72	620.077	11,66	636.230	11,19	770.084	13,04
Importação de bens e serviços (-)	628.916	- 13,09	742.784	- 13,97	791.709	- 13,92	845.779	- 14,32

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório Anual 2015 e IBGE.

NOTA: Adaptado pelo autor

Portanto, diante dos argumentos acima expostos, pode-se afirmar que a crise econômica no período de 2014-2016 é fruto das políticas econômicas aplicadas a partir de 2009 e mais intensamente a partir de 2011, as quais, minimizaram a

capacidade de crescimento econômico do país, bem como, aumentaram significativamente a dívida pública que em 2011 era de 59,34% do PIB passando para 69,5% do PIB em 2016 (BANCO MUNDIAL, 2017), logo, a origem da crise econômica de 2014 a 2016 não deve ser atribuída ao setor externo, uma vez que o mesmo não possui tamanha influência na composição do PIB.

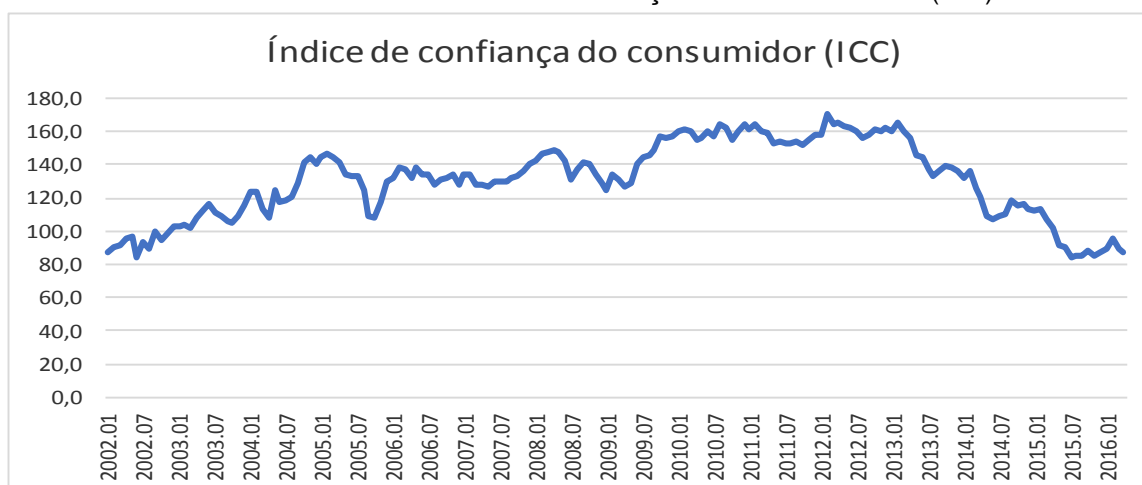
4.2. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

Conforme citado no subcapítulo anterior, a crise econômica brasileira no período de 2014 a 2016 não é fruto da conjuntura externa, visto que o setor externo não possui tanta relevância como o setor interno brasileiro, o qual, é responsável pela maior parte do crescimento econômico do país, deste modo, ao analisar a retração da economia brasileira devemos nos atentar ao comportamento de algumas variáveis que refletem a situação e o comportamento da economia brasileira.

Para encontrar explicações para a atual crise brasileira devemos olhar para os principais componentes do PIB, sendo o primeiro consumo total, o qual, pode ser dividido em famílias e administração pública (governos), o segundo os investimentos, ou seja, a formação bruta de capital.

Primeiramente, devemos nos atentar ao consumo das famílias, do governo, como também suas contas, visto que uma das causas da crise economia está no consumo total, uma vez que responde pela maior parte do PIB.

GRÁFICO 7 – ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR (ICC)



FONTE: IPEADATA; IBGE (2017).

NOTA: Elaborado pelo autor.

Ao observar o gráfico 7, nota-se que a partir do ano de 2012 houve uma trajetória de queda da confiança do consumidor que demonstra o grau de confiança da população na situação geral do país, como também a respeito das condições presentes e futuras, ou seja, se as famílias não possuem confiança no país e nas suas condições atuais e futuras, as mesmas passaram a consumir menos, uma vez que estão mais receosas em aumentar seu endividamento frente a um possível desemprego e redução da renda, em razão da situação do país.

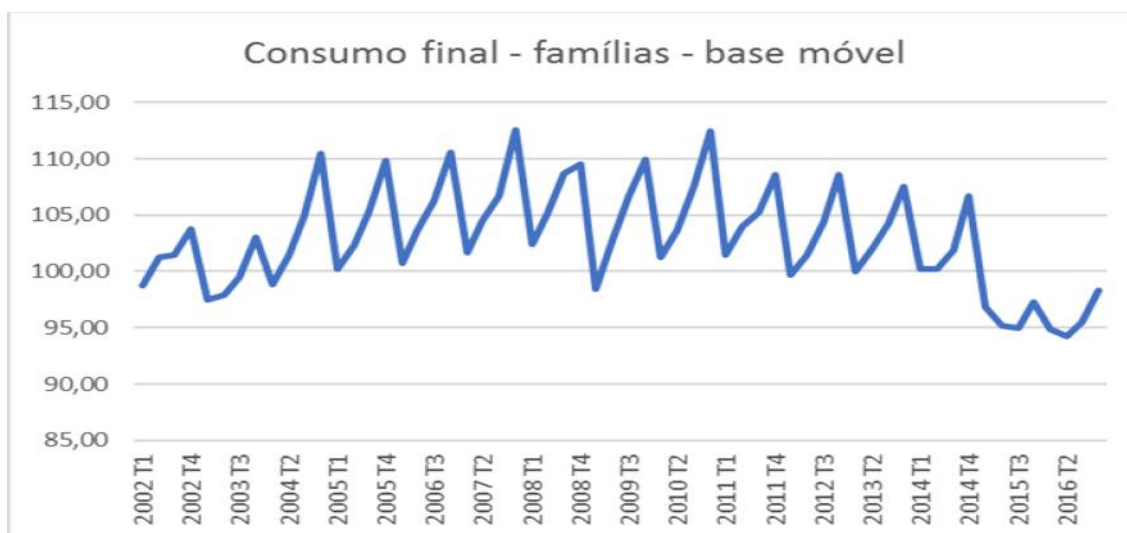
Com o consumo menor das famílias, as empresas investiram menos, o que resulta em menos emprego, renda, investimentos (terceiro maior componente do PIB) e impostos.

Ideia esta que também é compartilhada por Dowbor (2017, p. 90).

Incomparavelmente mais importante é a demanda das famílias que constitui o principal motor da economia. Quando a demanda interna murcha, as empresas não têm interesse em produzir, e muito menos em expandir o emprego. E quando a demanda está forte, haverá quem invista para responder e lucrar, dinamizando a economia. (DOWBOR, 2017, p.90).

Ao diminuir consumo das famílias a economia em geral também diminui, reduzindo assim, o crescimento econômico do país, na prática constata-se que foi isto que ocorreu, uma vez que a partir do quarto trimestre de 2014 houve uma significativa redução do consumo das famílias, como observa-se no gráfico 8, a seguir.

GRÁFICO 8 – CONSUMO FINAL – FAMÍLIAS – BASE MÓVEL

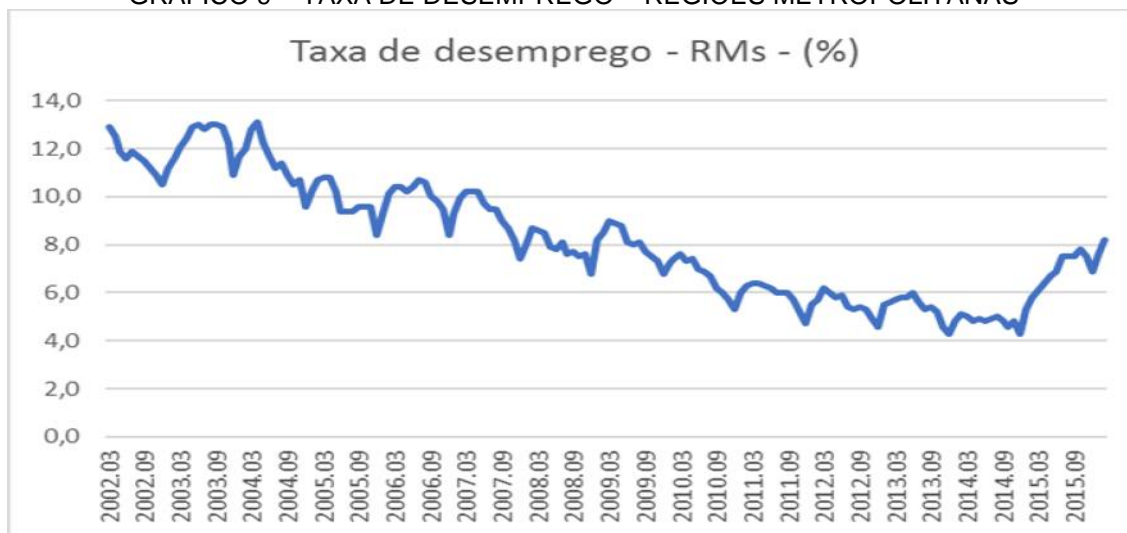


FONTE: IPEADATA; IBGE (2017).

NOTA: Elaborado pelo autor.

Tal redução está relacionada como aumento do desemprego, conforme verifica-se ao comparar os gráficos 8 (acima) e 9 (abaixo), o que acaba por piorar a situação econômica do país, em razão da redução da renda.

GRÁFICO 9 – TAXA DE DESEMPREGO – REGIÕES METROPOLITANAS



FONTE: IPEADATA; IBGE (2017).

NOTA: Elaborado pelo autor.

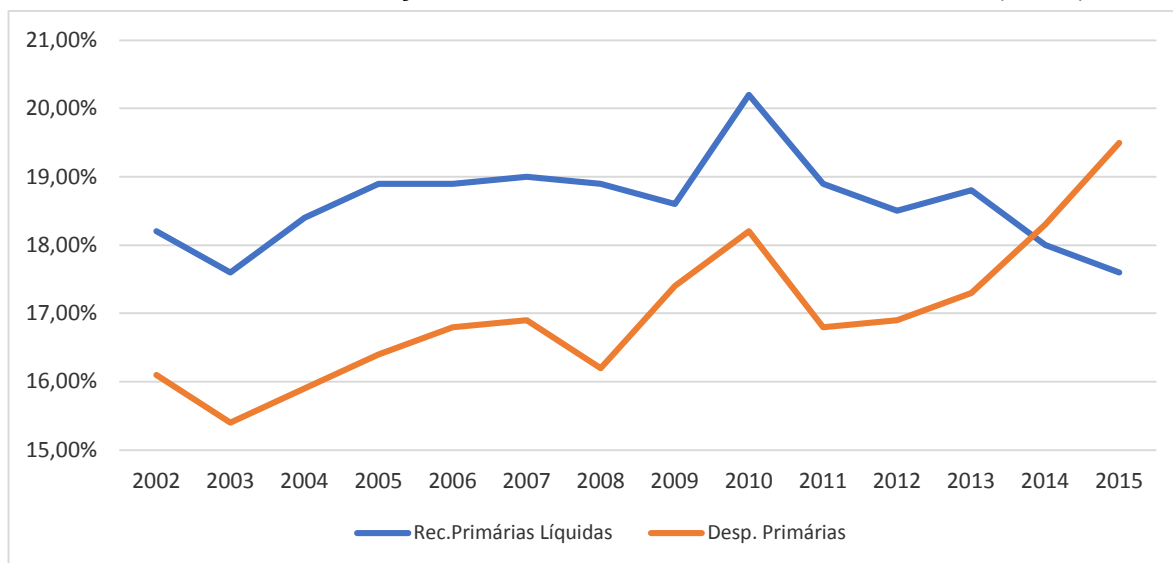
Portanto, uma das origens da crise econômica 2014/2016, deve ser atribuída a queda de um dos principais componentes do PIB, a qual, é resultado da redução da renda, como afirma Oreiro (2017, p.80):

A aceleração da inflação resultou numa forte queda da renda real por trabalhador. Com base nos dados coletados em Oreiro e D'Agostini (2016), a taxa de crescimento da renda real por trabalhador se reduziu de 0,7% no último trimestre de 2014 (na comparação com igual período do ano anterior) para -6,90% no segundo trimestre de 2015. Essa queda da renda real por trabalhador foi um dos fatores que explica a forte contração dos gastos de consumo das famílias observado a partir do primeiro trimestre de 2015, o qual pode ser visualizado por intermédio da Figura 4. (OREIRO, 2017, p. 80).

Outro fator relevante é o consumo do governo, tendo em vista que se o governo passar a investir mais o ciclo de emprego e a renda passam a dinamizar a economia, incentivando as famílias a consumir mais, como se constata ao comparar os gráficos 3 e 7, onde, no período de 2002 a 2010 o consumo das famílias estava em alta.

A partir do ano de 2011 há uma queda na arrecadação, bem como aumento dos gastos do governo, o que acabou reduzindo a superávit primário, deste modo, forçando o governo a promover um ajuste fiscal em 2015.

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS (% PIB)



FONTE: Tesouro Nacional (2015, p. 49).

NOTA: Elaborado pelo autor.

Nesta situação de aumento déficit primário, o governo não pode intervir para estimular a economia, uma vez que está endividado, assim como, as famílias que a partir de 2009 com as políticas de aumento do crédito, passaram a consumir mais e se endividaram, no entanto, como no Brasil são praticadas taxa de juros extremamente elevadas, tornando o custo do crédito alto, o que resulta em uma

limitação no consumo das famílias, e por consequência acarreta em uma demanda menor no futuro, tendo em razão do endividamento as famílias passaram a consumir menos, o que resulta em uma redução da atividade econômica.

Como destaca Dowbor (2017, p. 90):

A realidade é que os bancos e outros intermediários financeiros demoraram pouco para aprender a drenar o aumento da capacidade de compra do andar de baixo da economia, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica de crescimento. O assalto representado pelos juros para pessoa física é impressionante: na Europa, o crédito é da ordem de 3,5% ao ano; no Brasil, em dezembro de 2016, a média é 156%! Artigos do lar, nos crediários, média de 147%, na Europa 13%!

O resultado é que a população se endividou muito para comprar pouco no volume final. A prestação que cabe no bolso pesa no bolso durante muito tempo. O efeito demanda é travado. A dívida das famílias representava 19,3% da renda familiar em 2005, e em 2015 representou 46,5%: ninguém entra em novas compras com esse nível de endividamento, sobretudo quando o essencial é para pagar os juros. No início de 2017, 58 milhões de adultos, e quase a metade da população entre 30 e 39 anos, estão “negativados”, o que é popularmente chamado “com nome sujo”. O principal motor da economia, a demanda das famílias, é travado. Não é o volume de endividamento que é aqui o principal, e sim o tamanho dos juros que sobre ele incidem. É pura agiotagem generalizada. (DOWBOR, 2017, p.90).

Caso o custo do crédito fosse menor, as famílias poderiam consumir mais e a economia poderia crescer por um período maior, vez que as famílias não estariam com a maior parte de seu orçamento comprometido com o pagamento de juros, deste modo, devido ao custo do capital para empresas e para governo seria menor, visto que tanto as empresas quanto governo “tomam” dinheiro emprestado para se financiar.

Sobre o tema relata Dowbor (2017, p. 91):

O travamento da demanda das famílias, da grande massa de consumo da população, tem impacto imediato sobre as iniciativas das empresas, que vêm os seus estoques de produtos não vendidos se acumular. É natural que reduzam o ritmo de produção, o que por sua vez afeta o emprego, o que reduz ainda mais a demanda. Quanto ao financiamento bancário para pessoas jurídicas, os juros são igualmente proibitivos, da ordem de 36,4% para capital de giro, 45,8% para desconto de duplicatas. Tocar uma empresa nessas condições não é viável. Na zona do euro, o custo médio do crédito para pessoa jurídica é da ordem de 3% ao ano, diretamente acessível em qualquer banco. Ninguém consegue desenvolver atividades produtivas com taxas de juros como as que praticamos, e as empresas acabam buscando o autofinanciamento, perdendo-se o imenso motor de dinamização da economia que é o crédito barato ao produtor. (DOWBOR, 2017, p.91).

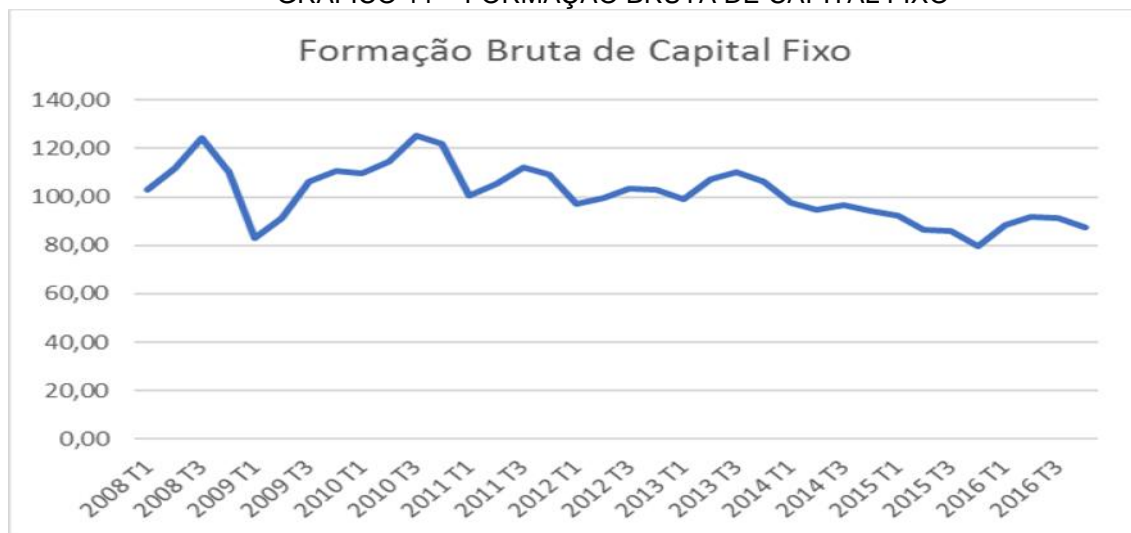
Assim como, Lacerda (2017, p. 40):

A manutenção de elevadas taxas de juros, associadas a outros fatores adversos, tem feito que o resultado das empresas caminhe em direções opostas. Enquanto a Selic permaneceu elevada, tendo crescido de 9,75%, em 2010, para 14,25%, em 2015, no mesmo período o retorno sobre capital próprio das companhias abertas (incluindo Petrobras, Eletrobras e Vale) caiu de 17,1% para apenas 0,5%.

Vários fatores contribuíram para essa perda: o próprio custo de capital se elevou, enquanto a política de preços administrados nem sempre repôs o custo de produção, gerando defasagem. A partir de 2014, uma redução expressiva dos preços no mercado internacional também contribuiu para a queda do faturamento e da rentabilidade das empresas, comprometendo a capacidade de investimentos. (LACERDA, 2017, p.40).

Deste modo, com a demanda das famílias e do governo ficou parada, a economia brasileira também parou, uma vez que com a redução da demanda acarretou na redução do investimento. Esse efeito pode-se observado no gráfico 11 a seguir onde a partir do terceiro trimestre de 2014 houve significativa redução na formação de capital fixo (investimentos), que leva a redução da atividade econômica e o aumento do desemprego e a redução da renda.

GRÁFICO 11 – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO



FONTE: Tesouro Nacional (2015, p. 49).

NOTA: Elaborado pelo autor.

As políticas adotadas pelo governo com base na redução dos custos de mão-de-obra, liberalização do crédito, desonerações e subsídios, resultaram na crise econômica atual, visto que foi realizado um consumo antecipado dos recursos

disponíveis, na crença no crescimento contínuo do mercado externo. O governo apostou na redução do custo de produção, acreditando que haveria o aumento significativo dos investimentos, no entanto, isto não se concretizou tendo em vista o baixo nível de confiança depositado no governo (gráfico 5 do capítulo anterior). Desta forma, não há como forçar o empresário a investir se o mesmo não vê um horizonte seguro com as regras do “jogo”, fatos estes que reduziram o investimento e ampliaram a recessão econômica.

Outro fator que piorou a recessão econômica foram as políticas fiscais as avessa, visto que quando a economia crescia o governo implementava uma política de incentivo, e nos períodos em que economia estava em queda o governo promoveu políticas contracionistas, assim como, relata Oreiro (2017, p.80 - 81).

Outro fator que contribuiu para a amplificação dos efeitos recessivos da queda dos gastos de investimento foi o comportamento da política fiscal. Segundo estudo publicado pela Secretaria de Política Econômica em maio de 2016 (SPE, 2016), a política fiscal no Brasil no período 2003-2015 foi, em geral, pró-cíclica; ou seja, adotou uma postura expansionista durante os períodos nos quais a economia crescia acima da sua tendência de longo prazo; e uma postura contracionista nos momentos em que a economia operava abaixo do potencial. (OREIRO, 2017, p.80-81).

Durante os governos Lula e Dilma, houve a oportunidade colocar o país no caminho do crescimento econômico, no entanto, esta oportunidade foi jogada fora, em razão dos erros de política econômica que refletem sobre a economia brasileira até de hoje, como também destaca Marconi (2017, p.1).

A última oportunidade que nos foi concedida para modernizarmos nossa estrutura produtiva, o período de boom de commodities da década passada, foi desperdiçada pela manutenção de um regime macroeconômico que privilegiou apenas o combate à inflação e praticou diversos erros de política econômica, com alguns perdurando até hoje.

Deste modo, percebe-se que a oportunidade do Brasil iniciar uma nova fase de crescimento sustentável foi jogada no lixo, uma vez que não foram aproveitados os altos e baixos da econômica neste período,

Diante do exposto, infere-se claramente que a crise econômica de 2014 a 2016 não foi proporcionada pelo setor externo ou reflexos da econômica mundial, pelo contrário, visto que diante dos dados e argumentos apresentados pode-se afirmar seguramente que a crise econômica é interna, e tem como origem as

políticas econômicas adotadas pelo governo, que contrariaram a teoria econômica, visto que foram implementadas políticas contracionista nos momentos em que econômica decrescia e incentivo quando a economia crescia.

Conforme dados apresentados, percebe-se que as respectivas políticas enfraqueceram os principais componentes do PIB brasileiro, sendo estes, o consumo das famílias e do governo, que juntos formam o consumo final e os investimentos, e se eles estão com problemas não há como a economia brasileira.

Neste caso, verifica-se que caso os recursos aplicados em tais políticas, fossem aplicados em outros setores, como habitação e infraestrutura, o resultado poderia ser positivo, como relata Carleial (2017, p. 207) *“É provável que se esses recursos houvessem sido gastos diretamente pelo governo em habitação popular ou infraestrutura em geral o ganho houvesse sido positivo e concreto”*.

Portanto, verifica-se que se não fossem feitas tais apostas a sociedade brasileira poderia ter alcançado outros objetivos, como a redução da pobreza e uma melhorar nos índices de distribuição de renda através dos investimentos em habitação e infraestrutura, tendo em vista que os investimentos nestas áreas resultam em aumentos significativos de empregos diretos e indiretos, bem como, o governo começaria a enfrentar alguns dos velhos problemas do país, como a falta de moradia e infraestrutura adequada.

5. CONCLUSÃO

No início do governo Lula houve um comprometimento do mesmo com a manutenção das políticas que presavam pela manutenção do superávit primário, redução da inflação e câmbio variável, todavia, com a troca de comando da equipe econômica do governos houve uma inflexão nas escolhas de política econômica e com a crise de 2008 o governo brasileiro encontrou uma desculpa para fugir do compromisso assumido anteriormente em 2002, a respeito, do tripé macroeconômico passando aumentar os gastos do governo, sob o argumento de manter o emprego e a renda, como também, combater a desigualdade social no país.

Contudo, foram utilizadas as políticas econômicas de forma equivocada, visto que nos momentos da expansão da economia brasileira em face da maior demanda mundial, o qual, resultaram em um bom crescimento, como no período de 2002 a 2010, o governo passou a gastar mais, quando o correto seria poupar para investir, em caso algo desse errado, podendo o governo intervir no momento em que a economia estivesse apresentando um baixo crescimento.

A partir de 2011 no governo Dilma a economia começou a dar sinais de desgaste, porém, ao invés de estimular a economia houve a implementação de uma política contracionista, o que, acabou por freiar os investimentos, assim, como houve uma redução da taxa de juros enquanto a inflação subia.

Por conta disto verifica-se que umas das explicação para a crise econômica são os mecanismos utilizados pelo governo sobre o mercado interno, visto que as regras do jogo não são claras, bem como, são inversas as quais realmente deveriam ser, ou seja, se economia está em alta, o governo deve poupar para quando estiver em queda, o governo possa realizar uma intervenção através dos investimentos públicos.

Deste modo, resta claro que as famílias e os empresários vão deixar de consumir e investir, visto que não há como prever o que o governo irá fazer diante desses cenários de retração e expansão. Logo, quando o crescimento da economia começou a dar sinais de queda a partir de 2011, por consequência do menor consumo e investimentos, tal como, o governo não tinha mais tanto folego para estimular a economia, visto que, estava endividado, bem como, somente agora veio promover mecanismos de controle dos gastos públicos, quando o mal já passou.

Diante dos argumentos e dados exposto neste trabalho, constata-se que a crise econômica brasileira não foi desencadeada pela economia mundial, visto que neste período houve o enfraquecimento dos principais componentes do PIB, como a redução do consumo das famílias, propiciado pela redução da renda e do aumento do endividamento do governo diante do aumento de seus gastos, e por consequência da má gestão dos investimentos e da administração do governo, que acabou por reduzir significativamente os investimentos públicos e privados.

Logo, se os mecanismos internos não funcionarem a economia mundial não irá ajudar a economia brasileira, mas sim a economia interna, portanto, deve haver um esforço em busca de mecanismos que alavanquem o crescimento interno.

Além do mais, observa-se que o governo errou ao apostar excessivamente nas políticas de desoneração, subsídios, manutenção dos preços administrados, aumento de crédito via bancos públicos e BNDES, os quais agravaram ainda mais as contas públicas, aumentando a necessidade de financiamento do governo, o qual, não possui a mesma credibilidade, em virtude das escolhas de política econômica realizadas, fazendo com que o mesmo para se financiar, tenha que remunerar o capital com uma taxa de juros mais alta, aumentando ainda mais a relação dívida pública/PIB, portanto, ao inovar nas políticas econômicas o governo mergulhou o país na pior crise econômica de sua história.

Portanto, este cenário poderia ser muito diferente, assim como, o discurso dos governos Lula e Dilma, a respeito da redução da pobreza e desigualdade social iriam se encaixar, caso os mesmos, promovessem uma política seria voltada para o crescimento econômico, como relatado em seus discursos das campanhas dos mesmos, tendo por base uma política de controle dos gastos do governo, independência do Banco Central, investimento em infraestrutura, visando aumento da oferta e da produtividade e da renda, que realmente resulta em ganhos positivos, tal como a redução da desigualdade e pobreza, tendo em vista que somente seriam reduzidas com a continuidade e a manutenção efetiva dos empregos, da renda, inflação e dos juros, o que certamente não foi objetivado ao longo do período 2002 a 2016.

Ainda, este trabalho deixa para futuras investigações a possibilidade de enxergar a crise econômica tendo com umas das causas fatores externos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Mansueto; LISBOA, Marcos de Barros; PESSOA, Samuel. **O AJUSTE INEVITÁVEL:** ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido. 2015. Disponível em: <<https://mansueto.wordpress.com/2015/07/21/o-ajuste-inevitavel-2/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: outubro de 2017.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: outubro de 2017.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.51-60, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>.

BARBOSA Filho, F., PESSÔA, S. (2014). “Desaceleração Recente da Economia Brasileira.” **Publicado na coletânea “Sob a Luz do Sol”**, Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP).

BELIEIRO JUNIOR, JOSÉ CARLOS MARTINES. Economia e Política da Transição Democrática no Brasil: uma análise dos governos FHC, Lula e Dilma. **NORUS, Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, p. 198-213, 2016.

CANO, Wilson. Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.265-302, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 29, n. 85, p.201-214, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142015008500014>.

CURADO, M. L. . Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula. **Economia & tecnologia (UFPR)**, v. 1, p. 91-103, n. 2011. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Marcelo%20Cura%20do.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017

DOWBOR, Ladislau. Entender a crise, retomar as conquistas. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.89-95, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890010>.

FROYEN, Richard T; **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIAMBIAGI, Fábio. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público? Rio de Janeiro: Ipea, 2006a. (Texto para Discussão, n.1169).

GIAMBIAGI, F., VILLELA, A., CASTRO, L.B., HERMAN, J.(org.) – “Economia Brasileira Contemporânea:1945-2010”, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

Gonçalves, R. Crise econômica: hoje eles, amanhã nós. Revista Ciência Hoje, No. 289, vol. 491, janeiro-fevereiro 2012a, p. 24-27.

IPEADATA. Pesquisa por tema. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: outubro de 2017.

LACERDA, Antonio Corrêa de. Dinâmica e evolução da crise: discutindo alternativas. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.37-49, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890005>.

LOPREATO, F. L. C.. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. In: Calixtre, A.B.; Biancarelli, A.M.; Cintra, M.A.M. (Org.). **Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro**. 1ed. Brasília: IPEA, 2014, v.1 p.227-260.

MARCONI, Nelson. O papel dos preços macroeconômicos na crise e na recuperação. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.97-109, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890011>.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. A Política econômica durante o Governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: PAULA, Marilene (Org.). **Nunca antes na história desse país? Um balanço das políticas do Governo Lula**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

MESQUITA, Mário. (2014). “A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo.” **Publicado na coletânea “Sob a Luz do Sol”**, Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP).

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.75-88, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890009>.

PINTO, Eduardo; FIGLUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment: três interpretações da conjuntura econômica e política**. Texto para discussão 15. IE-UFRJ. 2015.